

UNIVERSIDADE REGIONAL INTEGRADA DO ALTO URUGUAI E DAS MISSÕES
PRÓ-REITORIA DE ENSINO, PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
CÂMPUS DE ERECHIM
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO

CARINE FÁTIMA SCANAGATTA

CENTRO COMUNITÁRIO PROFESSORA MARIA RUTH BARBOSA CRUZ:
ESPAÇO DE CONVIVÊNCIA NO MUNICÍPIO DE PAULO BENTO/ RS

ERECHIM - RS

2019

CARINE FÁTIMA SCANAGATTA

**CENTRO COMUNITÁRIO PROFESSORA MARIA RUTH BARBOSA CRUZ:
ESPAÇO DE CONVIVÊNCIA NO MUNICÍPIO DE PAULO BENTO/ RS**

Monografia apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Arquitetura e Urbanismo, Departamento de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – Campus de Erechim.

Orientadora: Prof.^a M.^a Vanessa Tibola da Rocha

ERECHIM - RS

2019

CARINE FÁTIMA SCANAGATTA

**CENTRO COMUNITÁRIO PROFESSORA MARIA RUTH BARBOSA CRUZ:
ESPAÇO DE CONVIVÊNCIA NO MUNICÍPIO DE PAULO BENTO/ RS**

**Monografia apresentada como requisito
parcial à obtenção do grau de Bacharel em
Arquitetura e Urbanismo, Departamento de
Ciências Sociais Aplicadas da Universidade
Regional Integrada do Alto Uruguai e das
Missões – Campus de Erechim.**

Erechim, 02 de julho 2019.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a M.^a Vanessa Tibola da Rocha
(Orientadora e Coordenadora Trabalho Final de Graduação)
Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões - URI - Campus de Erechim

Prof.^a M.^a Jessica Andrade Michel
(Banca Avaliadora)
Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões - URI - Campus de Erechim

Prof.^a M.^a Natalia Nakadomari Bula
(Banca Avaliadora)
Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões - URI - Campus de Erechim

Prof.^a M.^a Sara Roesler
(Banca Avaliadora)
Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões - URI - Campus de Erechim

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por todas as bênçãos e proteções recebidas para alcançar minhas conquistas até aqui, e por sempre me manter forte nas adversidades do caminho.

À minha família, aos meus pais Azelino e Silvana e minha irmã Caroline que nunca pouparam esforços para garantir o meu melhor, por todo apoio e incentivo que me deram durante toda graduação, e por sempre acreditarem em mim, por serem meu porto seguro e meu refúgio nos momentos de frustração e cansaço.

Às amigas que ao longo destes anos a arquitetura me proporcionou, que compartilharam comigo diversos momentos alegres e outros angustiantes: Adriana, Ana, Daniela e Marciane.

Aos amigos que me incentivaram a chegar até aqui e a nunca desistir.

À minha orientadora Vanessa Tibola da Rocha, pelas orientações prestadas na concepção desse trabalho e por ter compartilhado todo seu conhecimento durante a formação de minhas ideias.

E à todos que de alguma forma fizeram parte e contribuíram na minha jornada até aqui.

RESUMO

Atualmente as relações e convivências humanas estão cada vez menos frequente, devido principalmente ao uso intensivo das mídias digitais. Assim, é necessário que surjam espaços públicos de lazer que estimulem as pessoas a rebuscarem os conceitos da vida em sociedade. Diante disso, os projetos arquitetônicos precisam dar resposta a essas necessidades humanas, de uma sociedade cada vez mais urbana. Nesse contexto, e, como uma forma de fazer com que as pessoas sejam atraídas a promoção do bem-estar pessoal e social, surgem os centros comunitários. Esses, oferecem atividades de lazer, educação, esporte e cultura para a população. No entanto, poucas cidades no Brasil dispõem dessa importante tipologia arquitetônica. Seguindo essa realidade nacional, na cidade de Paulo Bento, no estado do Rio Grande do Sul, existem poucos espaços que integrem a população. Assim, o objetivo deste trabalho é propor em nível de anteprojeto arquitetônico um centro comunitário, para a cidade de Paulo Bento, no Rio Grande do Sul. A metodologia do trabalho é descritiva, baseada na análise de dados secundários. Os resultados da pesquisa evidenciam que espaços públicos qualificados, aumentam o bem-estar e a qualidade de vida dos usuários, por meio das atividades ofertadas, da convivência e socialização entre as pessoas, e principalmente, através de uma arquitetura acolhedora e funcional.

Palavras-chave: Centro comunitário. Espaço Público. Convívio. Arquitetura e Urbanismo.

ABSTRACT

Currently, communications and human coexistence are becoming less frequent, considering the intensive use of digital media. Thus, it is necessary that public spaces of leisure arise that stimulate people to re-explore the concepts of life in society. Faced with this, architectural projects need to respond to these human needs, from an increasingly urban society. In this context, and as a way of attracting people to the promotion of personal and social well-being, community centers emerge. These offer leisure activities, education, sport and culture for the population. However, few cities in Brazil have such an important architectural typology. Following this national reality, in the city of Paulo Bento, in the state of Rio Grande do Sul, there are few spaces that integrate the population. Thus, the objective of this work is to propose at the level of architectural design a community center for the city of Paulo Bento, in Rio Grande do Sul. The methodology of the work is descriptive, based on the analysis of secondary data. The research results show that qualified public spaces increase the well-being and quality of life of the users, through the activities offered, the coexistence and socialization between people, and mainly, through a welcoming and functional architecture.

Keywords: Community Center. Public place. Conviviality. Architecture and Urbanism.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1- Coliseu Roma.....	22
Figura 2 – Feira agricultura familiar no parque da Gare - Passo Fundo/RS	25
Figura 3 - Panorama geral da pesquisa.....	29
Figura 4 - Localização geográfica município de Paulo Bento / RS	31
Figura 5 - Participação dos setores econômicos no PIB do município	32
Figura 6 - Mapa com os espaços de lazer do município.....	34
Figura 7 - Terreno e seu entorno	35
Figura 8 – Análise geral do espaço urbano do município.	36
Figura 9 - Mapa de uso do solo	36
Figura 10 - Análise do terreno em estudo.....	37
Figura 11 - Perfil topográfico da área em estudo	38
Figura 12 - Levantamento fotográfico do local em estudo.....	38
Figura 13 - Acessos ao terreno sem pavimentação.....	40
Figura 14 - Planta baixa esquemática	42
Figura 15 – Esquemas	42
Figura 16 - Corte	42
Figura 17 – Entorno.....	42
Figura 18 - Acessos	43
Figura 19 – Circulação	43
Figura 20 - Materiais	43
Figura 21 - Fachada.....	43
Figura 22 - Esquemas das ideias do projeto	45
Figura 23 - Corte esquemático.....	47
Figura 24 - Corte	47
Figura 25 - Entorno	47
Figura 26 - Rampas	48
Figura 27 - Materiais	48
Figura 28 - Esquema.....	49
Figura 29 - Corte	49
Figura 30 - Entorno	49
Figura 31 - Escada	50

Figura 32 - Fachada	50
Figura 33 - Implantação UVA - CO	51
Figura 34 - Fachada SESC - SP	51
Figura 35 - Implantação Cent. Comun. - Chile	51
Figura 36 - Planta baixa térreo SESC - SP	51
Figura 37 - Esquemas circulação UVA e Cent. Comunit.	51
Figura 38 - Corte circulações - SESC	51
Figura 39 - Programa de necessidades	53
Figura 40 - Potencialidades do terreno	57
Figura 41 - Nuvem de palavras	57
Figura 42 - Setorização	58
Figura 43 - Estudo de manchas	59
Figura 44 - Fluxograma centro comunitário	59
Figura 45 – Organograma centro comunitário	60
Figura 46 - Evolução da forma	61
Figura 47 - Disposição dos setores	62
Figura 48 – Vista acesso principal	62
Figura 49 - Vista superior	63
Figura 50 - Materiais pretendidos	63
Figura 51 - Materiais e soluções construtivas sustentáveis	64
Figura 52 - Espaços adaptados no CRAS	72

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Legislação Nacional e Estadual.....	28
Quadro 2 - Resumo dos procedimentos metodológicos	30
Quadro 3 - Locais de convívio e lazer do município.....	33
Quadro 4 - Análise fatores: forma, espaço e ordem	50
Quadro 5 - Imagens estudos de casos	51
Quadro 6 - Programa de Necessidades	54

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Características do município de Paulo Bento / RS.....	31
Tabela 2 - Diretrizes urbanas do município.....	52

ABREVIATURA E SIGLAS

ABNT Associação Brasileira de Normas Técnicas

NBR Norma brasileira de regulamentação

RS Rio Grande do Sul

SIMBOLOGIA

Km Quilômetro

m Metro

m² Metro quadrado

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	15
1.1. Problemática.....	15
1.2. Justificativa.....	16
1.3. Objetivos	17
1.3.1. Objetivo Geral.....	17
1.3.2. Objetivos Específicos.....	17
1.4. Estrutura do trabalho.....	18
2. REVISÃO DA LITERATURA.....	19
2.1. Espaços públicos e sua função para a sociedade	19
2.2. Espaços de Cultura	20
2.3. Espaços de Lazer	21
2.4. Espaços Comerciais	24
2.5. Espaços Educacionais	25
2.6. Espaços Esportivos.....	26
2.7. Legislação Nacional e Estadual.....	28
3. METODOLOGIA.....	29
3.1. Desenho metodológico do ITFG	29
3.2. Levantamento da área de intervenção	30
3.2.1. Localização do município de Paulo Bento - RS.....	30
3.2.2. Características do Município de Paulo Bento - RS.....	31
3.2.3. Breve Histórico do Município de Paulo Bento	32
3.2.4. Os locais de convívio e lazer em Paulo Bento	33
3.2.5. Área de estudo – terreno da proposta.....	34
3.2.6. Morfologia Urbana.....	35
3.2.7. Uso do Solo	36
3.2.8. Levantamento Fotográfico e Planialtimétrico	37
3.2.9. Clima e Microclima.....	39
3.2.10. Potenciais e Limitações da Área de estudo e seu Entorno Imediato	39
4. RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	41
4.1. Estudos de casos	41
4.1.1. Unidade de Vida Articulado (UVA) – <i>El Paraíso</i> – Medellín.....	41

4.1.1.1 Aspectos positivos do estudo de caso	36
4.1.2. Sesc 24 de Maio – São Paulo	44
4.1.2.1 Aspectos positivos do estudo de caso	47
4.1.3. Centro Social Comunitário – Chile	48
4.1.3.1 Aspectos positivos e negativos do estudo de caso	48
4.2. Forma, espaço e ordem.....	50
4.3. Legislações municipais e orientações gerais da área de estudo	52
4.4. Aspectos relativos à definição do programa de necessidades	52
4.5. Potencialidades do terreno	57
4.6. Conceito	57
4.7. Partido.....	58
4.8. Estudo de mancha	58
4.9. Fluxograma e organograma	59
4.10. Estudos da volumetria	60
4.10.1. Evolução da forma	61
4.11. Materiais e soluções projetuais pretendidas.....	63
4.11.1. Arquitetura Bioclimática	64
5. CONCLUSÕES.....	65
REFERÊNCIAS	66
APÊNDICE A	72

1. INTRODUÇÃO

Os espaços públicos são ambientes fundamentais em qualquer cidade. Compreendem um determinado lugar, que junto com a infraestrutura e os demais equipamentos coletivos, proporcionam a vida em comunidade e as relações humanas. Esses espaços que mediam as relações humanas estão tornando-se escassos e subutilizados, devido ao uso incessante das redes sociais e, também, pela insegurança que alguns ambientes urbanos podem proporcionar. Assim, são os espaços públicos urbanos que proporcionam a convivência coletiva, sem distinção de raça e classe social (COLPANI e BADALOTTI, 2016). Conforme Gehl (2013), “Se há vida e atividade no espaço urbano, então também existem muitas trocas sociais. Se o espaço da cidade for desolado e vazio, nada acontece”.

A cidade só é atraente quando oferece um ambiente que atenda às necessidades da população. Neste contexto, o espaço do centro comunitário surge como uma estrutura onde são desenvolvidas atividades diversificadas para suprir carências, levando em conta a dinâmica das pessoas e grupos sociais presentes no espaço urbano.

Os centros comunitários possibilitam aos indivíduos o exercício do seu direito de cidadania, assim como o desenvolvimento local e social da cidade, através de sua atuação na educação, cultura, esporte e lazer. Oferecem à população ambientes para a formação de pessoas, por meio de oficinas, cursos, palestras, ensino profissionalizante. Também concedem espaços para práticas culturais como dança, teatro e música, e ainda atividades relacionadas ao esporte e educação, além de proporcionar áreas de lazer e recreação, os quais oportunizam momentos de prazer e convívio entre os usuários. Esses locais possuem o intuito de garantir o bem-estar social, proporcionando maior qualidade de vida para a comunidade (BONFIM et al., 2000).

1.1. Problemática

As atividades voltadas ao lazer, à cultura e educação desempenham papel relevante na vida das pessoas, por isso é importante que a arquitetura possibilite espaços que promovam a convivência, socialização e integração entre os usuários. Deste modo, é dever dos municípios disponibilizar espaços nestes moldes à população, de forma que promovam o estímulo à uma vida comunitária integrada (ARFELLI, 2004).

No entanto, infelizmente, faltam espaços para vivência e socialização na maioria das cidades brasileiras, sendo essa também, a realidade de Paulo Bento, no Rio Grande do Sul. Seja pela falta de espaço adequado, privatização, falta de incentivo do poder municipal, ou ainda por

falta de atributos arquitetônicos, urbanísticos e paisagísticos, que não proporcionam acessibilidade ou estímulo ao usuário em frequentar esses espaços.

Uma cidade que não dispõe de espaços comunitários integrativos se desenvolve menos e prejudica a qualidade de vida urbana, pois deixa de exercer o direito à cidadania e não cresce de forma coletiva e participativa. Este é o caso do município de Paulo Bento, que não possui espaços qualificados e atrativos para os seus habitantes, que proporcionem a integração e socialização dos mesmos.

Ainda, sabe-se que, se a cidade oportuniza espaços que incentivem as pessoas a saírem de suas rotinas, seja para uma atividade recreativa, cultural e que promove a interação social, evita-se a desigualdade social, estimula a qualidade de vida, proporciona vitalidade, movimento e desenvolvimento, desarticulando a degradação do município, de modo que haja a valorização do mesmo pelos seus habitantes.

1.2. Justificativa

Na sociedade atual, a integração entre as pessoas acontece em diferentes formas e em diferentes locais, dentre estes espaços, destaca-se a escola, instituições religiosas e espaços públicos ou privados. Deste modo, entende-se a importância destes lugares para a interação entre os indivíduos (PRONSATO, 2005). Sendo assim, esses são fatores importantes para o exercício da cidadania e a busca de uma vida saudável, em termos sociais.

O município de Paulo Bento dispõe de equipamentos comunitários que não integram todas as atividades de bem-estar social e comunitário, são espaços mal planejados e pouco convidativos ao uso. Desta forma, para que haja a integração e socialização da população e a consequente melhoria na qualidade de vida, justifica-se a necessidade de propor um espaço que concentre todas as atividades que o município necessita, de modo que seus habitantes tenham acesso gratuito à atividades: de esportes, lazer, cultura e educação, além de contribuir com as diretrizes dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS da Organização das Nações Unidas - ONU (2015), impacto direto sobre os ODS 3 (saúde e bem-estar), 4 (educação de qualidade) e 11 (cidades e comunidades sustentáveis).

A presente pesquisa de introdução ao trabalho final de graduação (ITFG), tem como objetivo desenvolver diretrizes projetuais de centro comunitário para a cidade de Paulo Bento/RS, sendo pensado como um modelo que integre espaço de permanência e encontro na cidade, para seus habitantes. Diante disso, esse espaço deverá atrair visitantes de todas as idades para as atividades, suprimindo a falta de equipamentos urbanos na cidade e região.

Atualmente, a carência destes espaços na área urbana do município de Paulo Bento faz com que as pessoas busquem nos municípios vizinhos esses atrativos. No entanto, esse entorno geográfico (cidades limítrofes), também apresenta limitações quanto à disponibilidade e oferta dos mesmos, sendo esses equipamentos urbanos, muitas vezes insuficientes e/ou inascíveis a todos, pelos custos de uso, como por exemplo, cinema, clubes e parques.

A proposta está amparada pela Lei Orgânica da Assistência Social nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que fará com que todas as pessoas da comunidade tenham acesso gratuito a cursos profissionalizantes, atividades esportivas e de lazer, além de outras ocupações relacionadas à cultura, ao entretenimento e educação, que muitas vezes não são de fácil acesso para todos.

O nome do centro comunitário é uma homenagem a Professora Maria Ruth Barbosa Cruz, que teve importante participação no município, nas questões voltadas a cultura e educação principalmente, sendo fomentadora de importantes espaços de Paulo Bento, dentre eles o museu, biblioteca, escola e o ginásio de esportes; além de contribuir significativamente com a emancipação do município na década de 1990.

1.3. Objetivos

1.3.1. Objetivo Geral

O objetivo geral deste trabalho é desenvolver um anteprojeto arquitetônico para um centro comunitário, para a cidade de Paulo Bento, no Rio Grande do Sul.

1.3.2. Objetivos Específicos

- a) Potencializar a qualidade de vida e integrar a comunidade de Paulo Bento por meio de uma arquitetura que forneça suporte para atividades acolhedoras e comunitárias;
- b) Desenvolver um anteprojeto arquitetônico voltado à arquitetura sustentável;
- c) Descrever o impacto positivo do anteprojeto arquitetônico (centro comunitário), sobre os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU.

1.4. Estrutura do trabalho

A estrutura do trabalho está dividida em cinco capítulos. No primeiro capítulo é apresentada a introdução, que aborda a importância do tema centro comunitário como meio de promover a convivência entre as pessoas, contribuindo para uma melhor qualidade de vida.

No segundo, revisão de literatura, foi contextualizado a revisão bibliográfica utilizada como suporte e amparo para a realização do estudo, através de publicações de autores, como artigos, livros e trabalhos acadêmicos de especialização.

O terceiro capítulo apresenta a metodologia de estudo, aplicada para a obtenção dos resultados, através das avaliações realizadas e levantamentos de dados.

No quarto capítulo, são apresentados os resultados e discussões sobre o presente trabalho, onde se expõem os resultados obtidos com as avaliações e levantamentos, assim como as discussões sobre os mesmos.

O último capítulo, cinco, trata das conclusões sobre os resultados obtidos com a realização do projeto.

2. REVISÃO DA LITERATURA

Aborda-se neste item discussões que servirão como base teórica para a compressão do tema (centro comunitário), tais como: espaços públicos e sua função para a sociedade; espaços culturais; espaços educativos; espaços de lazer; espaços comerciais e esportivos, além das legislações nacionais e estaduais que estabelecem orientações importantes para o desenvolvimento de projetos relacionados ao tema da pesquisa.

2.1. Espaços públicos e sua função para a sociedade

O conceito de espaço público vem desde a antiguidade clássica, de modo que para os gregos, a ágora era o espaço público destinado aos debates sobre a vida da cidade (*pólis*), onde a população podia exercer a cidadania. Além disso, a Ágora também era o espaço de trocas comerciais, núcleo ordenador das edificações públicas, onde a população podia exercer a cidadania (BENEVOLO, 1997).

A cidade, mesmo com sua rotina acelerada, é um lugar de encontros e relações, e os espaços públicos desempenham papéis importantes para o desenvolvimento de atividades que aproximem as pessoas. Além disso, constitui-se como lugares que proporcionam lazer, descanso, convivência, diálogo, exercícios, incentivos, entre muitas outras funções importantes para o bem-estar humano (CARLOS, 2007).

É de entendimento de todos que, as áreas públicas destinadas ao uso comum do usuário, proporcionam uma qualidade de vida muito melhor aos seus frequentadores, especialmente à comunidade carente, que tem suas necessidades supridas com a localização de equipamentos públicos comunitários próximos as suas residências, os quais permitem a prática de diversas outras atividades.

Para Moraes et al. (2008), os equipamentos urbanos e comunitários são os componentes físicos básicos de infraestrutura urbana de uma cidade ou bairro, sendo a existência desses um fator determinante de bem-estar social e de apoio ao desenvolvimento econômico. Ainda, funcionam como base material para a prestação de serviços básicos a comunidade, como saúde, educação, lazer, esporte, entre outros. É composto por um conjunto de edifícios em determinados lugares, cujo o uso é prevalentemente público. De acordo com, Arfelli (2004):

[...] enquanto que os equipamentos urbanos integram a infraestrutura básica à expansão da cidade, destinados, portanto, a dar suporte ao seu crescimento e a proporcionar condições dignas de habitabilidade, os equipamentos comunitários são

aqueles dos quais se valerá o Poder Público para servir a comunidade, que ocupará lotes criados pelo parcelamento urbano, nas áreas de educação, saúde, assistência social, esportes, cultura, lazer, etc (ARFELLI, 2004, p. 7).

No Brasil, os centros comunitários surgiram na década de 1970 em consequência da política de habitação dos governos militares, onde, devido ao reassentamento da população de menor poder aquisitivo - que os mantinha distantes dos centros urbanos e garantia o mínimo de infraestrutura, restringindo sua mobilidade - constrói-se centros comunitários multifuncionais de forma que entre as atividades previstas, estavam o lazer e a prática esportiva (SANTOS, 2009).

2.2. Espaços de Cultura

A origem dos espaços culturais acontece, segundo historiadores na antiguidade clássica, mais especificamente na biblioteca de Alexandria, que era composta por palácios reais, onde abrigavam variados tipos de documentos com o objetivo de preservar o saber existente na Grécia antiga, abordando os campos da religião, mitologia, filosofia, medicina, dentre outros, o que a caracterizaria como o mais nítido e antigo espaço de cultura (RAMOS, 2007).

O conceito antropológico de cultura é reconhecido por diversos autores por sua dimensão simbólica, vinculada ao comportamento humano. Este processo se caracteriza nas relações entre os homens e no desenvolvimento de sua natureza humana, que se efetiva principalmente por meio da linguagem. Neste contexto, pode-se dizer que, esta dimensão simbólica se caracteriza tanto nos aspectos subjetivos da cultura quanto nos aspectos objetivos, pois a própria produção material do homem possui caráter simbólico, e cheio de significações (PINTO, 2007).

A cultura é quase sempre um adjetivo atribuído às pessoas que possuem volume de leituras, controle de informações, diplomas e títulos universitários. Nesse sentido, a palavra é usada como sinônimo, ainda que restrito, de educação, de inteligência, sendo utilizada para classificar as pessoas e servindo como arma discriminatória entre os grupos sociais (GOMES, 2004).

Conforme Santos (1994), cultura está muito associada a estudo, educação, formação escolar. Por vezes se fala de cultura para se referir unicamente às manifestações artísticas, como o teatro, a música, a pintura, a escultura. Outras vezes, ao se falar na cultura da época ela é quase que identificada com os meios de comunicação de massa, tais como o rádio, o cinema, a

televisão. Ou então, cultura diz respeito às festas e cerimônias tradicionais, às lendas e crenças de um povo, ou a seu modo de se vestir, à sua comida, a seu idioma.

Nesse contexto, os espaços culturais contemporâneos têm por objetivo desenvolver atividades que promovam e disseminem a cultura, atendendo a realidade local da comunidade, de modo que, possibilitem a realização de diferentes formas de integrar a população com ações culturais (NEVES, 2013). São tidos como um modelo de participação, onde por exemplo, são realizadas oficinas de música, canto, arte e diversos outros tipos de manifestações culturais, que proporcionam momentos de descontração, valorização, reconhecimento, prazer e, ao mesmo tempo, conscientizam a população de que indiferente da classe socioeconômica, o acesso a atividades culturais e de lazer é um direito de todos (SILVA; LOPES; XAVIER, 2009).

2.3. Espaços de Lazer

Espaço de lazer compreende toda a rede de equipamentos de lazer, vazios urbanos e áreas verdes de uma cidade. O equipamento de lazer é uma edificação ou instalação onde acontecem manifestações e atividades de lazer. Nessa categoria geral de equipamentos inclui-se: clubes, ginásios, centros culturais, centros comunitários, piscinas, cinemas, parques, bibliotecas, centros esportivos, quadras, teatros, museus entre outros, independentemente de serem públicos ou privados (PELLEGRIN, 2004).

Espaços com essa mesma finalidade, surgiram a muito tempo, um exemplo clássico é o Coliseu Romano (Figura 1) – anfiteatro construído para apresentação de espetáculos artísticos e esportivos. Naquela época o lazer era visto como uma estratégia de distração da população, conhecida como política do pão e circo, como afirma Gomes (2004):

Porém, no que se referia às pessoas comuns, significava descanso e divertimento proporcionados, sobretudo, pelos grandes espetáculos. Tratava-se do "pão e circo" oferecido pelos imperadores e cônsules ao grande público, estratégia que tinha como finalidade despolitizar o povo, reduzido à condição de mero espectador (GOMES, 2004, p. 134).

Desde então, os equipamentos destinados ao lazer fazem parte do desenho da cidade e da vida urbana.

Figura 1- Coliseu Roma



Fonte: SUPER ABRIL (2019)

O lazer é um fenômeno social histórico que se frutificou na era moderna, a partir da revolução industrial, surgindo como conquista de reivindicações sociais oriundas da necessidade de qualidade de vida para os trabalhadores. Lutas que geraram a redução da jornada de trabalho e a remuneração de fins de semana, férias e feriados (PINTO, 2008).

Contudo, ao analisar uma cidade e os equipamentos que nela existem, percebe-se várias divergências. Há áreas com abundância e variedade de equipamentos; bem conservados e áreas nas quais são escassos e mal conservados; áreas de fácil acesso e outras de difícil acesso, fazendo com que o usuário não se sinta atraído em usar aquele espaço, e por fim, lugares superlotados e outros sem ocupação (PELLEGRIN, 2004). A forma mais produtiva para que haja a convivência e o lazer coletivo entre a população, é quando ocorre em locais públicos, pois faz com que a população se aproprie dos espaços, gerando vivacidade e dinâmica para o local e seu entorno, tornando o lugar um espaço que propicie o bem-estar dos seus habitantes (PRONSATO, 2005).

Apesar da importância de ter espaços públicos de lazer, é visível a falta dos mesmos no contexto da maioria das cidades contemporâneas. Com a crescente demanda populacional, é imprescindível que as cidades tenham esse tipo de atrativo para seus habitantes, pois, para as classes mais humildes que se localizam em áreas periféricas e, portanto, afastadas dos serviços e equipamentos públicos, a cidade ainda continua sendo o espaço de lazer mais acessível. População essa que, muitas vezes, não possui condições para a prática do lazer em suas comunidades, em virtude do número reduzido de equipamentos, que são de péssima qualidade, e conseqüentemente não oferecem condições agradáveis de permanência aos usuários, devido

à falta de investimentos dos órgãos públicos. Diferentemente das classes médias e altas que podem desfrutar do lazer em seus espaços privatizados (SILVA; VERSIANI, 2011).

Com a privatização dos espaços de convívio, o que acarreta na exclusão das classes menos favorecidas da população, o bairro é substituído pelo condomínio fechado, os espaços públicos de lazer pelos clubes e centros de entretenimento, e as ruas pelos shopping centers (MARCELLINO, 2006). Os espaços privatizados, selecionam seus usuários, segregam a população e deixam mais evidente as disparidades entre as classes sociais, gerando um processo de exclusão.

Atualmente, o planejamento e o investimento em espaços públicos de convivência e lazer urbanos, não recebem a atenção necessária por parte das políticas públicas de investimentos, visto que, não são valorizados e nem considerados essenciais pela maioria das gestões públicas. Na falta desses espaços adequados, as crianças, principalmente, se apropriam de espaços em desuso, para praticar suas atividades de lazer. Conforme Jesus e Rocha (2013), os espaços destinados às práticas de lazer, não atendem às demandas apresentadas pela sociedade, são pensados e projetados sob uma perspectiva unilateral, ou seja, não há participação da comunidade, nem consulta a mesma sobre seus desejos, interesses e necessidades. De acordo com Sydow (2017):

Espaços públicos e equipamentos de lazer, em uma cidade, são oportunos para fortalecer laços de solidariedade, convivência e socialização entre as pessoas. Todavia, sua fragilidade ou inexistência, inviabiliza, muitas vezes, o acesso da população, especialmente daquela com menores condições socioeconômicas. Os moradores, neste caso, privados de acesso a seus direitos básicos de lazer pela escassez de oferta ou por espaços e equipamentos públicos precários, logo percebem o lugar social de exclusão que lhes é atribuído. Tal percepção pode levar ao agravamento de valores negativos presentes em seu cotidiano (SYDOW, 2017, p. 14).

Nesse contexto, pesquisas demonstram que, há relação direta entre lazer e saúde, lazer e educação, e lazer e qualidade de vida, que não devem ser desconsiderados. Mas, para que as pessoas desfrutem desses benefícios, é preciso que o poder público invista em espaços e equipamentos para a prática de atividades de lazer (SYDOW, 2017).

Deste modo, o lazer está muito distante de se tornar homogêneo para a realidade social atual, impossibilitando que todas as pessoas tenham livre acesso aos diversos tipos de atividades integradoras, democráticas e de bem-estar (SILVA; LOPES; XAVIER, 2009).

2.4. Espaços Comerciais

Segundo Silva (2012), entende-se por comércio o processo de trocas diretas ou indiretas, iniciado a partir do excedente da produção, que, apesar de sua importância nos impérios da antiguidade, intensificou-se no final da idade média com o ressurgimento de cidades e trocas comerciais. As atividades comerciais são essencialmente urbanas e a relação entre o comércio e a cidade é uma importante ferramenta para se conhecer a dinâmica de uma cidade, de modo que o desenvolvimento de atividades comerciais permite a renovação da paisagem urbana, originando mudanças nos espaços das cidades (SILVA, 2012). De acordo com Salgueiro (1995 apud SILVA, 2012):

O comércio é importante para a cidade por uma série de razões. Em primeiro lugar, a troca é aí uma atividade tão significativa que diversos autores vêem nela a razão essencial do urbano. [...] Em segundo lugar, o comércio e alguns serviços contribuem fortemente para definir a estrutura dos núcleos de povoamento e para a integração funcional dos bairros periféricos. [...] Em quarto lugar, o comércio é um meio poderoso de intervenção urbanística através da sua capacidade polarizadora [...]. (SALGUEIRO, 1995, p. 183, apud SILVA, 2012, p. 19).

Os locais que possuem comércio em sua rotina urbana tendem a ser mais públicos, do que os locais que não tem comércio. Como exemplo, tem-se os mercados e feiras populares que combinam propósitos sociais e econômicos, caracterizando-se como pontos de atração com funções essenciais, cumprindo um papel central na vida pública das comunidades, assim como os cafés, que se configuram como espaços convidativos e aconchegantes (JACOBS, 2000).

Nesse contexto, entende-se que, as características do entorno de um espaço público e a oferta de atividades que ele oferece podem influenciar na geração de fluxo e a consequente permanência no local. Desta forma, o uso de um espaço público, muitas vezes é consequência de um deslocamento do usuário, que não estava necessariamente indo ao local para usufruir do lazer, mas sim de uma outra atividade, ofertada no lugar, como por exemplo, os espaços comerciais (feiras ao ar livre, cafeterias, entre outros).

O espaço só se torna atrativo se estiver relacionado a oferta de bens ou serviços que possibilitem o encontro entre os habitantes. Com o aumento da circulação de pessoas, outros indivíduos se sentem atraídos, com essa movimentação, em decorrência disso acabam permanecendo no local (SILVA, 2009). Um bom exemplo de atração em espaços públicos, são as feiras integradas aos parques e praças, que representam um importante espaço de comercialização dos produtos da agricultura familiar (Figura 2), além de espaço de socialização,

identidade regional e cultural. Nas feiras há movimentação de produtos, pessoas, informações e cultura, ainda há o fortalecimento dos laços e do saber local (PEREIRA, 2017).

Figura 2 – Feira agricultura familiar no parque da Gare - Passo Fundo/RS



Fonte: ARCHDAILY (2019)

2.5. Espaços Educacionais

A educação na antiguidade, representava viver a vida cotidiana do grupo social no qual estava inserido, de modo que a aprendizagem era transmitida às crianças através das experiências do adulto. A partir da idade média é que surgiu espaços e pessoas especializadas em transmitir esses ensinamentos, o que se denomina hoje de escola. Porém, poucos tinham acesso a esses espaços, pois era destinado exclusivamente aos nobres. No Brasil, a educação como ferramenta para o desenvolvimento da sociedade só foi observada a partir das revoluções e transformações da era moderna (COSTA, 2011).

A educação é um dos elementos essenciais para o desenvolvimento humano, pois se trata de um processo de transmissão de cultura, valores e conhecimento indispensável para a vida em sociedade e a construção de capacidades.

A educação enquanto forma de ensino-aprendizagem, ocorre em diversos espaços e contextos. Dentre esses espaços tem-se os métodos formais e não formais. Com o objetivo de buscar uma definição para espaço não-formal, é importante conceituar o que é espaço formal de educação. O espaço formal é o espaço escolar, que está relacionado às instituições escolares da educação básica e do ensino superior, definidas na Lei 9394/96 de Diretrizes e Bases da

Educação (LDB). É a escola, com todas as suas dependências: salas de aula, laboratórios, quadras de esportes, biblioteca, pátio, cantina, refeitório (JACOBUCCI, 2008).

Já a educação não formal, é aquela que compreende toda atividade educativa organizada e sistemática que ocorre fora dos âmbitos escolares, por exemplo: em museus, jardins botânicos, centros de ciências, dentre outros, também integra esse processo, com característica de uma prática educativa, lúdica, cultural, política e social (RODRIGUES, 2012).

Oliveira (2008) afirma que, a educação informal é aquela que ocorre o tempo todo, seja nas relações cotidianas, familiares ou entre amigos, nos hábitos culturais em que se está inserido, na comunicação, nas leis constituídas, enfim, em todo processo de socialização pelo qual se passa, somos educados para viver em sociedade, por isso, ela possui um caráter permanente e contínuo.

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases nº 9.394/96, observa-se que, o conceito de educação engloba processos formativos que ocorrem em outros espaços, além do processo de escolarização formal, estabelecendo no artigo 1º que: “A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais (LDB Nº 9.394/96).”

Conforme Costa (2011), dentro da política pública social, a educação não formal é conhecida como atividade socioeducativa, que de forma continuada, visa à melhoria da vida da população, por meio de implementação de ações direcionadas para as necessidades básicas, visando o desenvolvimento de competências de um determinado grupo. As ações socioeducativas não têm objetos de conhecimento predefinidos, elas são construídas a partir das especificidades dos sujeitos envolvidos e da sua realidade.

Ainda segundo Costa (2011, p. 11), “A educação familiar, institucional e comunitária é fundamental no desenvolvimento humano, pois se trata de um processo de transmissão de cultura, valores e conhecimentos indispensáveis para a vida em sociedade.”

2.6. Espaços Esportivos

Pinto (2008) afirma que, a concepção moderna de esporte, desmitificando o seu conceito que o vinculava a funções religiosas e guerreiras, funda-se em duas matrizes constituintes básicas, ou seja, na relação entre jogos populares e jogos da aristocracia inglesa. Ambas se articulam a ocupação do tempo livre das pessoas por práticas corporais diversas. O esporte é

constantemente associado as práticas do lazer e faz parte da agenda dos direitos sociais básicos da população, principalmente das crianças e jovens.

Marcellino (2006), caracteriza o lazer físico-esportivo como as atividades em que predominam o movimento humano e o exercício físico, incluindo as modalidades esportivas. A supressão do direito às práticas esportivas, se dá principalmente pela falta de equipamentos esportivos públicos qualificados, diversificados, próximos da residência, que atendam as demandas da população e assegurem segurança e bem-estar (SANTOS, 2009).

Nos dias atuais, com a crescente demanda populacional, faz-se necessário a conscientização do poder público e dos entes envolvidos de que espaços que propiciem atividades voltadas ao esporte e lazer, geram benefícios para a vida pessoal, social, cultural e política de uma cidade, o que consequentemente traz melhorias na qualidade de vida da população (PINTO, 2008).

O esporte, na sua versão contemporânea, tem a cidade como principal palco para o seu desenvolvimento. Ao ser percebido como um fenômeno tipicamente urbano, ele também acabou por incorporar os desafios colocados pelo próprio processo de urbanização. Dentre eles, destacam-se a segregação socioespacial e a violência. É nas áreas segregadas e menos favorecidas que encontram-se os mais baixos índices de acesso à infraestrutura urbana, devido a desigualdade socioeconômica, que acaba por restringir uma parcela da população ao uso desses equipamentos e a uma vida urbana com dignidade (SANTOS, 2009).

Para Santos (2009), os espaços públicos esportivos são espaços construídos com a finalidade de garantir acesso ao lazer na sua versão contemplativa e ativa, principalmente. Podendo ser classificados em áreas de acesso restrito e áreas de acesso livre. Os espaços públicos de acesso restrito são aqueles que oferecem algum tipo de regramento para obter o acesso ou permissão de uso, apesar de serem públicos, por exemplo, estar vinculado a uma faixa etária mínima e ou condição financeira. Enquadram-se nessa categoria os centros comunitários.

A existência de equipamentos para a prática esportiva atrai muitas pessoas para os espaços públicos, é um dos motivos de grande procura pela população, principalmente nos finais de semana. E se constitui num fator importante para a inclusão de modalidades esportivas que atendam toda a população. Como afirma Santos (2006), no trecho a seguir:

Para que essa realidade possa ser compreendida de uma forma mais precisa, é de fundamental importância que o poder público possa estruturar ações articuladas entre os diferentes espaços que permitem a execução de atividades esportivas de lazer. Para que isto aconteça é necessária a construção de espaços multifuncionais do ponto de vista esportivo que levem em consideração a diversidade de interesses que ele pode abrigar. (SANTOS, 2006, p. 8).

2.7. Legislação Nacional e Estadual

As leis exercem o papel fundamental de reger a sociedade e o desenvolvimento das cidades, buscando normativas de melhorias na qualificação dos ambientes, para que todas as pessoas, sem exceção possam usufruir dos espaços planejados da melhor forma possível. O Quadro 1, a seguir, descreve as leis e normas que serão empregadas na proposta de anteprojeto arquitetônico.

Quadro 1 - Legislação Nacional e Estadual

Número da Lei	Objetivos da Lei / Relação com o tema de interesse	Aplicabilidade da Lei na proposta
Lei Orgânica da Assistência Social Nº 8.742/93	Art. 2º A assistência social tem por objetivos: b) o amparo às crianças e aos adolescentes carentes; c) a promoção da integração ao mercado de trabalho; d) a habilitação e reabilitação das pessoas com deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;	Integração de toda a comunidade nas atividades desenvolvidas.
Lei Nº 6.766/79 - Dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano e dá outras Providências.	Art. 4º. Os loteamentos deverão atender, pelo menos, aos seguintes requisitos: I - as áreas destinadas a sistemas de circulação, a implantação de equipamento urbano e comunitário, bem como a espaços livres de uso público, serão proporcionais à densidade de ocupação prevista pelo plano diretor ou aprovada por lei municipal para a zona em que se situem.	Promover um espaço onde ocorra a convivência comunitária e integre espaços abertos.
Lei Federal Nº 10.257/2001 – Estatuto da Cidade. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências.	Art. 2º [...] diretrizes gerais: I – garantia do direito a cidades sustentáveis, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações; V – oferta de equipamentos urbanos e comunitários, transporte e serviços públicos adequados aos interesses e necessidades da população e às características locais;	Oferta de equipamento comunitário que promova atividades que fomentem o desenvolvimento cultural e educacional, assim como a prática esportiva e de lazer.
ABNT NBR 9050/2015 - Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos.	Toda norma	Em toda proposta (áreas internas e externas).

Fonte: Adaptado pela autora Leis nº 8.742, nº 6.766, nº 10.257, NBR 9050

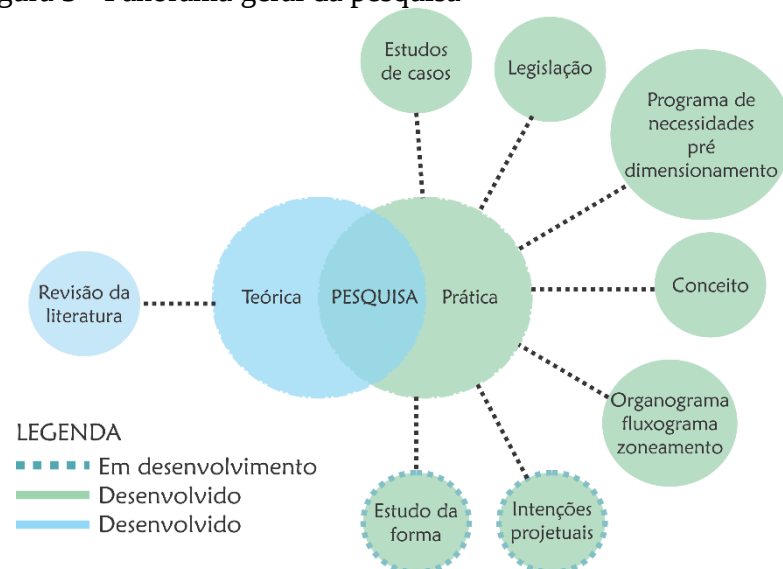
3. METODOLOGIA

O capítulo da metodologia apresenta as etapas do trabalho, com foco no objeto de estudo, que é o desenvolvimento da proposta de anteprojeto de um centro comunitário de convivência para o município de Paulo Bento / RS. Com o objetivo principal de proporcionar um espaço de integração e convivência para os habitantes do município, e que contribua de forma significativa para o bem-estar da população, assim como possa ser acessível a todos os públicos.

3.1. Desenho metodológico do ITFG

Para o desenvolvimento da proposta de anteprojeto do centro comunitário, foram realizadas pesquisas teóricas, análises de estudos de caso e estudos da área de intervenção. Em seguida, desenvolveu-se o programa de necessidades e estudos iniciais, os quais, servirão (ao final do semestre) como base para origem de anteprojeto arquitetônico de um centro comunitário de convivência para o município de Paulo Bento, no Rio Grande do Sul. A Figura 3 apresenta o panorama geral da pesquisa, as fases desenvolvidas e as fases em desenvolvimento.

Figura 3 - Panorama geral da pesquisa



Fonte: Autora (2019)

O Quadro 2, a seguir, apresenta o detalhamento dos procedimentos metodológicos da pesquisa, conforme cada objetivo específico.

Quadro 2 - Resumo dos procedimentos metodológicos

Objeto de estudo: Centro comunitário de cultura, educação, esporte e lazer				
Objetivo Geral	Objetivos Específicos	Procedimentos	Métodos e Técnicas	Fontes
O objetivo geral deste trabalho é desenvolver um anteprojeto arquitetônico de uso comunitário, para a cidade de Paulo Bento, no Rio Grande do Sul.	a) Potencializar a qualidade de vida e integrar a comunidade de Paulo Bento por meio de uma arquitetura que ofereça um programa de necessidades acolhedor e comunitário;	Pesquisa bibliográfica, estudo de referências, diagnóstico de problemáticas, contato com os usuários;	Visitas a área de estudo, levantamento fotográfico, contato com usuários; livros, público alvo, artigos	BOMFIM (2000), GEHL (2013), PELLEGRIN (2004)
	b) Desenvolver um anteprojeto arquitetônico voltado à arquitetura sustentável;	Pesquisa bibliográfica com análises de dados secundários;	Análises de fatores ambientais, climáticos, arquitetônicos, acessibilidade,	Normas: 9050/2015, 10.257/2001
	c) Descrever o impacto positivo do anteprojeto arquitetônico (centro comunitário), sobre os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU.	Pesquisa bibliográfica, estudos de referências, análise de impactos sobre os ODS	Fichamentos, resumos, levantamento de evidências para contribuição dos ODS 3, 4, 11	ONU (2015)

Fonte: Autora (2019)

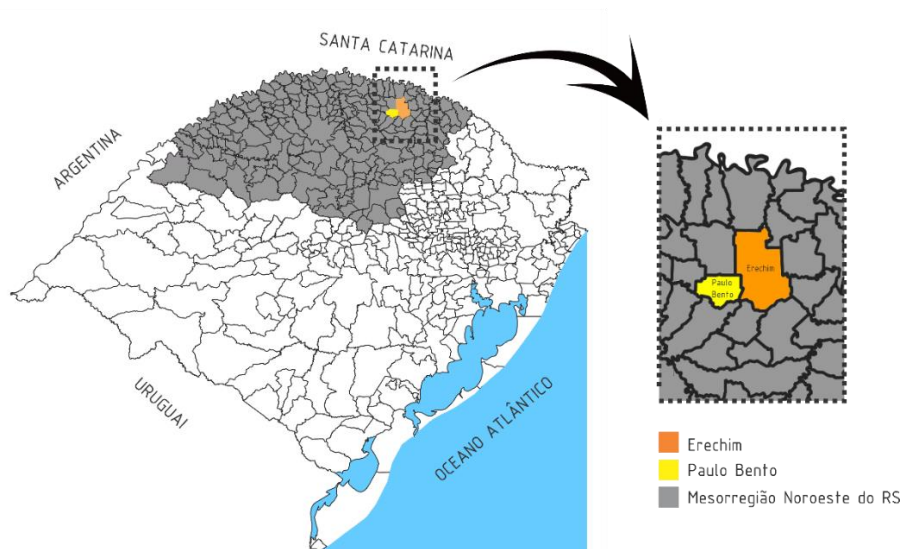
3.2. Levantamento da área de intervenção

Antes de propor um equipamento comunitário é preciso conhecer seu entorno, o contexto em que este será inserido, os tipos de usos predominantes, os acessos, a ocupação do solo, a intensidade dos fluxos e os aspectos ambientais (topografia, insolação e ventilação). Além disso, também, é preciso compreender as necessidades da comunidade que deverá fazer o melhor uso desse equipamento. Considerando essas variáveis, a seguir, são apresentadas informações importantes frente à caracterização territorial, ambiental, climática e urbana do município de Paulo Bento - RS.

3.2.1. Localização do município de Paulo Bento - RS

O município de Paulo Bento encontra-se na mesorregião noroeste do Rio Grande do Sul, pertencente a microrregião de Erechim, conforme Figura 4. A principal via de acesso é a RS 211, distante 20 km de Erechim (cerca de 20 minutos de carro).

Figura 4 - Localização geográfica município de Paulo Bento / RS



Fonte: Elaborado pela autora com base em Fepam (2005)

3.2.2. Características do Município de Paulo Bento - RS

Por ter uma localização geográfica privilegiada com acesso asfáltico, proximidade com o município de Erechim, que é um centro regional, o município de Paulo Bento vem se desenvolvendo e uma das principais variáveis para isso é a inserção de novas empresas na cidade, voltadas principalmente ao setor agropecuário e industrial. Destaca-se a empresa Ouro Verde Papéis e Embalagens, que possui 220 colaboradores é a principal indústria que recebe funcionários de outras cidades e exporta seus produtos para outros países. Ainda, está sendo construída a nova sede da empresa Comercial de Produtos Agropecuários Argenta em Paulo Bento e deverá oferecer mais empregos a população local e regional.

A Tabela 1, a seguir, descreve as principais características do município de Paulo Bento.

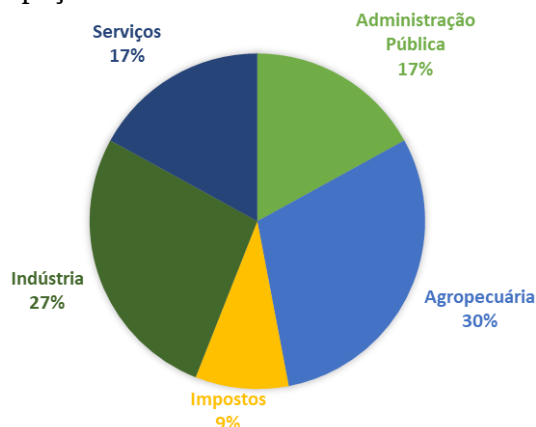
Tabela 1 - Características do município de Paulo Bento / RS

Município	Paulo Bento
Localização	Região noroeste do estado do RS (distante 374 km da capital – Porto Alegre)
Fundação	16-04-1996
Emancipação	01-01-2001
Área territorial	149,718 km ²
População estimada (2018)	2.287 pessoas
Densidade demográfica	14,80 hab./km ²
Atividades econômicas	Setor agropecuário, industrial e outros serviços

Fonte: Elaborado pela autora com base em IBGE (2010)

Conforme dados do último censo do IBGE (2010), cerca de 70% da população vive na zona rural e 30% na zona urbana. Tendo a agropecuária a principal fonte de renda da grande maioria dos habitantes, que é o principal setor da economia do município, conforme Figura 5.

Figura 5 - Participação dos setores econômicos no PIB do município



Fonte: Elaborado pela autora com base em IBGE (2010)

3.2.3. Breve Histórico do Município de Paulo Bento

Por volta do ano de 1890, os irmãos Paulo e Manoel Bento de Souza, tomaram posse das terras localizadas entre o Rio Cravo e o Campo Erechim, sendo esta a mais antiga do Alto Uruguai Gaúcho, "a Posse dos Bentos" como era denominada. Com a saída dos proprietários da posse, por volta do ano de 1915, a Companhia Particular de Colonização do Drº. Azambuja de Passo Fundo/RS, negociou-a, passando a vender os lotes para o Governo e este para os Imigrantes oriundos da Europa e da Serra Gaúcha (PREFEITURA DE PAULO BENTO, 2019).

No ano de 1910 chegaram os alemães, em 1918 os italianos, poloneses, russos, búlgaros e judeus, estes últimos em menor número. No ano de 1928, um grande vendaval oportunizou novos traçados para a futura Paulo Bento. O primeiro nome dado a localidade foi Sede Cravo, mudando posteriormente para Paulo Bento, em homenagem ao proprietário da posse das terras. A localidade de Paulo Bento é promovida a Vila no ano de 1934 (PREFEITURA DE PAULO BENTO, 2019).

Em 1938 é elevada à categoria de Distrito de Erechim, em 16 de abril de 1996, após realização de plebiscito é criado o Município. Entretanto, a instalação político-administrativa do mesmo ocorreu somente em 1º de janeiro de 2001, e a primeira eleição para Prefeito Municipal e Vereadores deu-se no ano 2000 (PREFEITURA DE PAULO BENTO, 2019).

3.2.4. Os locais de convívio e lazer em Paulo Bento

O município de Paulo Bento, conta com alguns equipamentos de lazer públicos e privados. Porém, os mesmos apresentam pouca qualidade funcional e formal (ao que se refere aos aspectos arquitetônico), além de problemas de acesso, iluminação, depredação e pouca oferta ao bem-estar dos habitantes. O Quadro 3, a seguir, apresenta os principais locais de convivência e práticas de lazer no município.

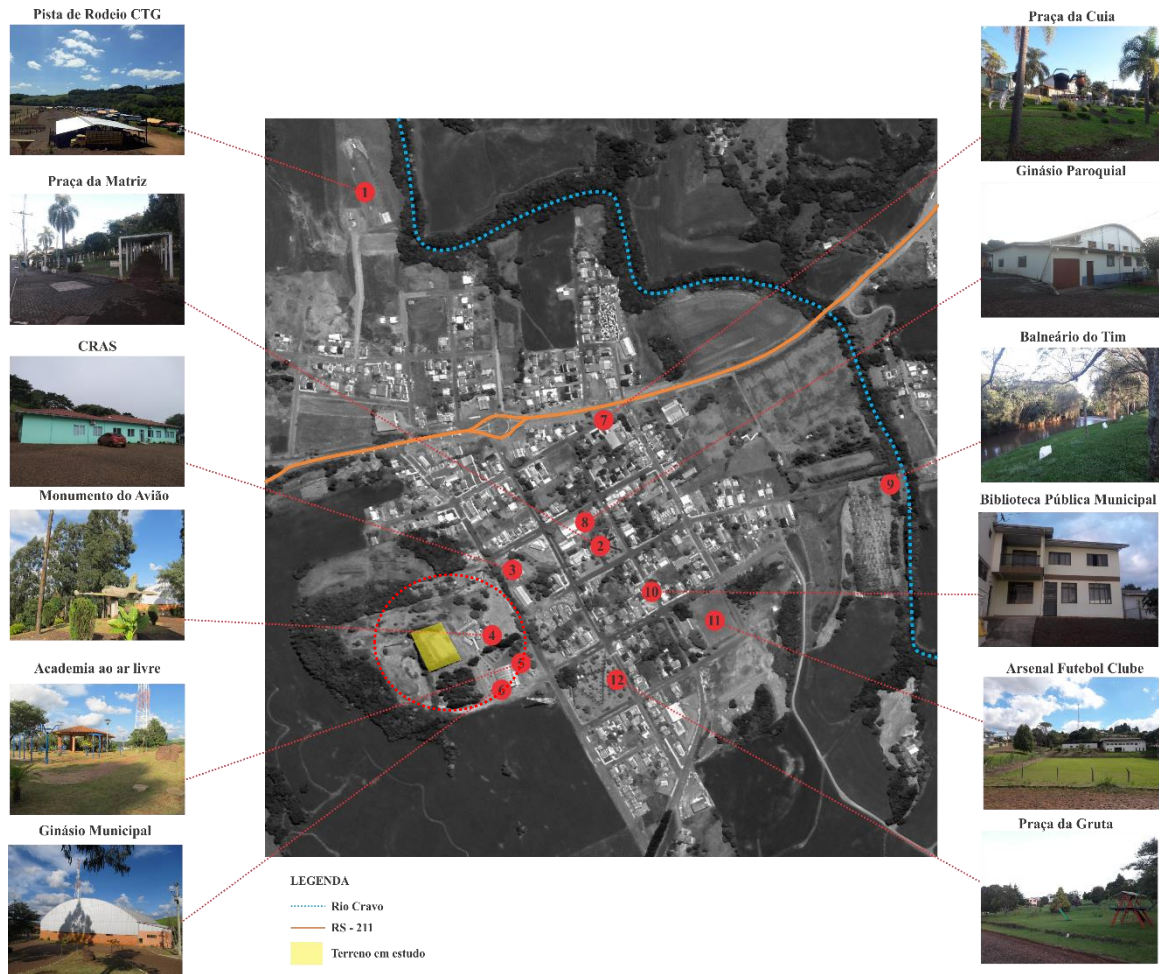
Quadro 3 - Locais de convívio e lazer do município

ITEM	EQUIPAMENTO	SETOR	DESCRIÇÃO
1	Pista de rodeio CTG	Público	Recebe eventos de rodeio crioulo esporadicamente.
2	Praça da Matriz	Público	Palco coberto de apresentações cívicas e escolares, além de celebrações religiosas.
3	Centro de Referência em Assistência Social (CRAS)	Público	Oferece diferentes atividades ao público infantil, portadores de deficiência e terceira idade
4	Monumento do avião	Público	Ponto de contemplação e convivência aos finais de semana
5	Academia de saúde ao ar livre	Público	Proporciona práticas de atividades físicas aos habitantes
6	Ginásio municipal Prof. Arnaldo Piovesan	Público	Local de eventos e bailes tradicionais do município
7	Praça da cuia	Público	Espaço na entrada da cidade, onde se concentra o público mais jovem nos finais de semana
8	Ginásio Paroquial	Público	Promove eventos tradicionais da igreja matriz
9	Balneário do Tim	Privado	Frequentado no verão, oferece área com campo de futebol, bancos, além do banho no rio que, em seu percurso, passa pela cidade
10	Biblioteca Pública municipal Érico Veríssimo	Público	Espaço localizado em sala alugada, pequeno, não atendendo as demandas dos frequentadores
11	Arsenal Futebol Clube	Privado	Possui campo de futebol, pista de bocha e o ginásio para eventuais atividades
12	Praça da gruta	Público	Espaço religioso (gruta) com caminhos que representam a via sacra, conta com espaço adaptado para as crianças (playground)

Fonte: Autora (2019)

A Figura 6 ilustra todos os espaços de lazer do município de Paulo Bento, anteriormente citados no Quadro 3.

Figura 6 - Mapa com os espaços de lazer do município

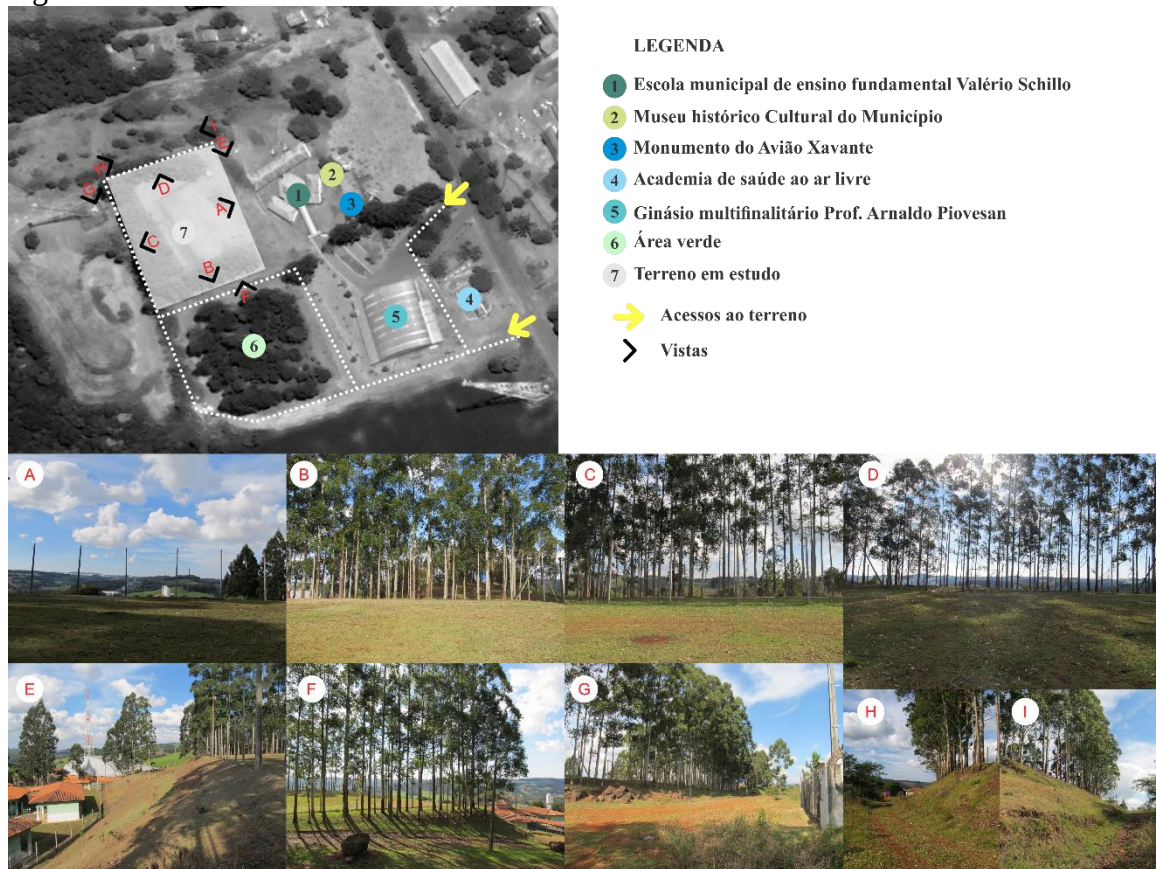


Fonte: Elaborado pela autora com base em Google Earth (2019)

3.2.5. Área de estudo – terreno da proposta

A área identificada para a realização do projeto, pertence ao município e se localiza na cota mais alta, do território, do mesmo. Atualmente, neste lugar há um campo de futebol sete, desativado pela falta de uso e manutenção. No entorno do mesmo, existem equipamentos públicos municipais importantes, como: escola, ginásio, academia ao ar livre, museu e monumento do avião, conforme Figura 7.

Figura 7 - Terreno e seu entorno



Fonte: Adaptado pela autora de Google Earth (2019)

3.2.6. Morfologia Urbana

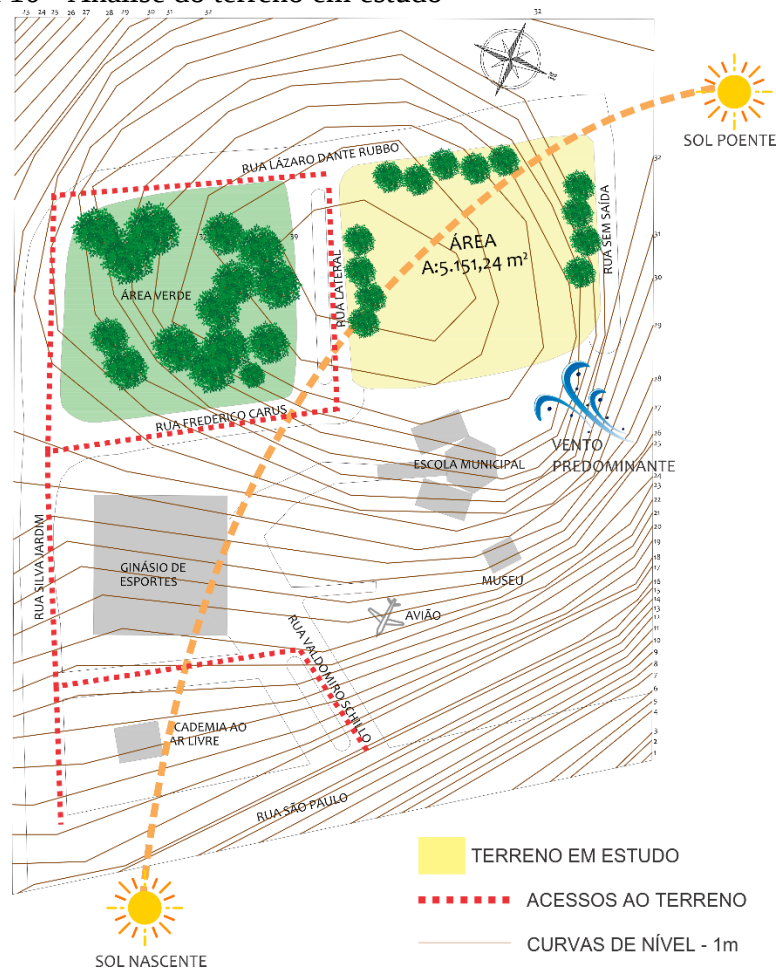
A principal via de acesso ao município de Paulo Bento é a RS 211. A via que recebe maior quantidade de fluxos (arterial) é a Av. Irmãos Consolata, devido à localização de pontos de interesse do município (prefeitura, Unidade Básica de Saúde - UBS, igreja, comércio local). As demais vias, representadas na cor laranja no mapa, são de fluxo moderado, incluindo a via principal de acesso ao terreno em estudo, em virtude da localização da escola municipal – Figura 8.

3.2.8. Levantamento Fotográfico e Planialtimétrico

A região onde se localiza o terreno (Figura 11), caracteriza-se em cotas elevadas – em relação ao restante da área urbana do município. Porém, o terreno de estudo apresenta poucos desníveis, devido ao seu uso atual (campo de futebol). O levantamento planialtimétrico foi realizado conforme base cartográfica contínua do Rio Grande do Sul, disponibilizada pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), onde através do software QGIS foi realizada a visualização, edição e análise dos dados georreferenciados da área de estudo.

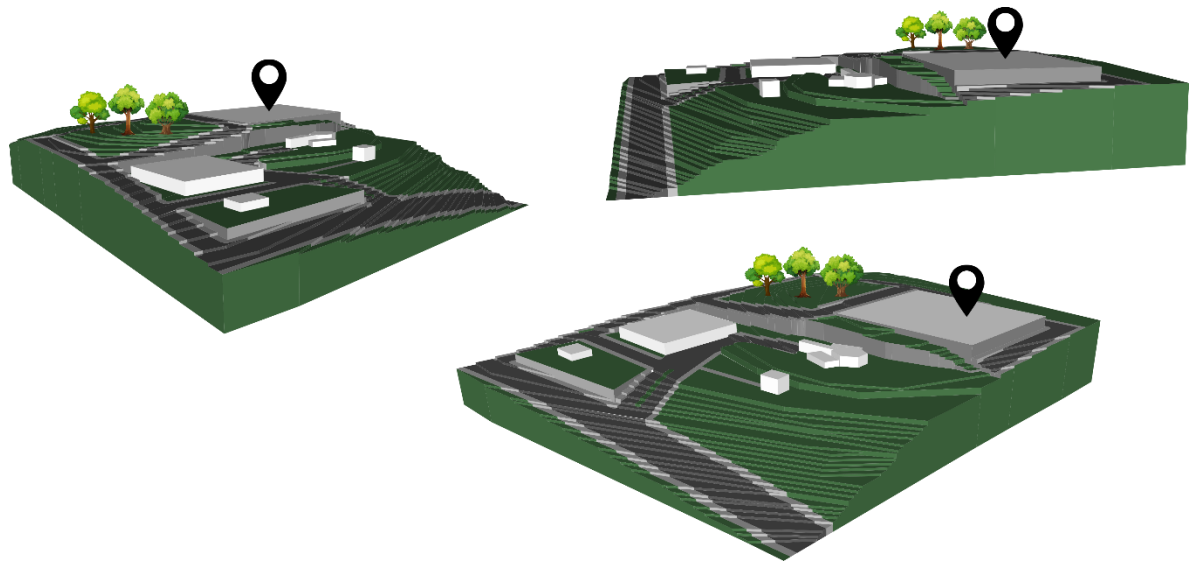
O principal acesso ao terreno é pela Rua São Paulo e, o mesmo, possui uma área total de 5.151,24 m² - Figura 10. Na área há um campo de futebol sete (sem uso), bancos e lixeiras que estão depredados, não dispõe de calçadas nem pavimentação e a iluminação é precária. Ainda, a área é cercada por árvores da espécie eucalipto (*Eucalyptus*), que limitam o potencial de visibilidade do local, conforme Figura 12.

Figura 10 - Análise do terreno em estudo



Fonte: Prefeitura municipal de Paulo Bento, adaptado pela autora (2019)

Figura 11 - Perfil topográfico da área em estudo



Fonte: Autora (2019)

Figura 12 - Levantamento fotográfico do local em estudo



Fonte: Autora (2019)

3.2.9. Clima e Microclima

As informações sobre o clima e outras características da região foram baseadas em análises da cidade mais próxima, no caso Erechim, que possui dados atualizados, retirados da plataforma Projetando Edificações Energeticamente Eficientes (Projetee) tendo assim:

- Clima subtropical úmido, com chuvas regulares durante todo o ano, temperatura média anual de 18,5°C;
- Apresenta estações bem marcadas, com inverno frio e verão de temperaturas mais amenas;
- Nos meses mais quentes a temperatura média alcança os 22°C, e nos meses mais frios fica entre os 12°C;
- A precipitação média anual é de 259,5 mm, e o mês mais seco é julho, onde a precipitação mensal é de 31mm. Em outubro que é o mês mais chuvoso, a média fica em torno de 488mm. A umidade relativa do ar fica em torno de 75,83 %;
- Os ventos predominantes são Leste e Nordeste. E o vento no inverno é sul.

3.2.10. Potenciais e Limitações da Área de estudo e seu Entorno Imediato

O terreno está localizado numa área privilegiada da cidade, visto que se encontra em uma cota elevada e possui uma vista 360° da área do entorno. Além disso, está localizado em uma área que possui inúmeras atividades no seu entorno, que se integradas complementam-se, valorizando o espaço escolhido e proporcionando a comunidade diferentes formas de lazer, educação, cultura e esporte, além de atribuir de forma positiva na integração e apropriação do espaço pela comunidade o que consequentemente acarreta em uma melhor qualidade de vida.

A dificuldade encontrada é o acesso ao terreno, em virtude do fato de não possuir pavimentação nas ruas, nem calçadas no entorno das vias (Figura 13) e apresentar, amplo, desnível em relação à área urbana, tornando-se um empecilho aos idosos e pessoas que não possuem algum meio de transporte para chegar até o local. Além disso, umas das ruas de acesso ao terreno (Lázaro Dante Rubbo), atualmente encontra-se interditada devido ao descarte indevido de entulhos e restos de vegetação.

Porém, as soluções encontradas para o acesso de todos ao terreno, é a disponibilização de um veículo do município para o transporte das pessoas que não possuem algum meio de deslocamento, assim como, para aquelas com algum tipo de dificuldade de locomoção. O acesso em si, já irá melhorar com a pavimentação das ruas e construção de calçadas. A questão do lixo,

é resolvida com a valorização da área em questão, através da inserção da proposta, e também por meio da educação ambiental das pessoas.

Figura 13 - Acessos ao terreno sem pavimentação



Fonte: Autora (2019)

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Neste tópico apresenta-se os estudos de casos e suas contribuições, as legislações municipais, o programa de necessidades, assim como os aspectos relacionados as ideias iniciais de anteprojeto arquitetônico, que incluem: estudo de manchas, conceito, partido, organograma, fluxograma e zoneamento, estudo da forma, materiais e intenções projetuais.

4.1. Estudos de casos

O objetivo desta análise é obter referencial teórico para o anteprojeto do ITFG. Em cada projeto, a seguir, é abordado sete aspectos (funcionalidade, composição, topografia, entorno, acessibilidade, materiais e conforto) que qualificam os estudos de casos. E, há também, uma descrição teórica/gráfica sobre a análise da forma, do espaço e da ordem de cada estudo de caso. Os edifícios escolhidos foram: a Unidade de Vida Articulada (UVA) – *El Paraíso*, localizada em Medellín / Colômbia; o SESC 24 de Maio, em São Paulo / Brasil; e o Centro Social Comunitário, situado na região de La Serena no Chile.

4.1.1. Unidade de Vida Articulada (UVA) – *El Paraíso* – Medellín

As Unidades de Vida Articulada, UVA, projetadas pela empresa de Desenvolvimento Urbano de Medellín, no ano de 2015, com área de 3.879m², são transformações urbanas nos bairros de Medellín, destinadas ao encontro cidadão, o fomento ao esporte, a recreação, a cultura e a participação comunitária (ARCHDAILY, 2016).

4.1.1.1 Aspectos positivos do estudo de caso

Com base na Figura 14, é possível observar que, a planta baixa do projeto é funcional, devido principalmente a organização das atividades e dos setores em áreas de fácil acesso e convidativas ao uso. O programa arquitetônico se fraciona em quatro volumes, que giram em torno de uma quadra existente, compondo uma forma que abraça a quadra como cenário principal (Figura 15).

FUNCIONALIDADE/COMPOSIÇÃO

Figura 14 - Planta baixa esquemática

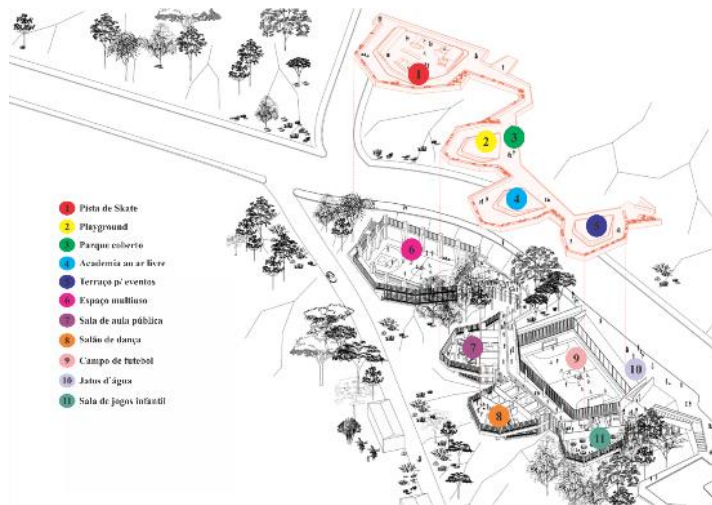
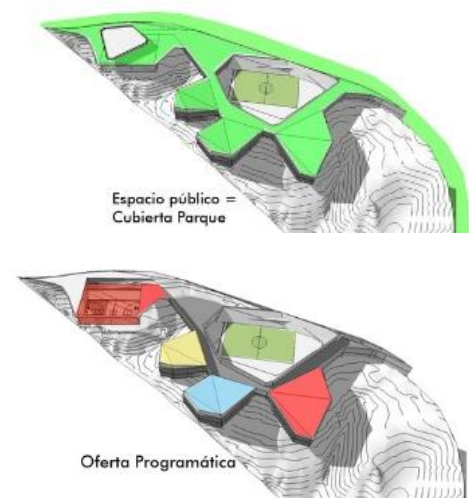


Figura 15 – Esquemas



TOPOGRAFIA/ENTORNO

Figura 16 - Corte

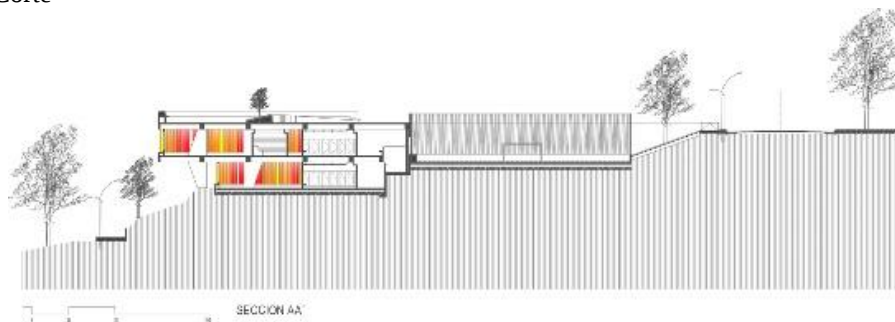


Figura 17 – Entorno



Fonte: Archdaily (2016)

A topografia da área em análise (Figura 16) é acidentada, o arquiteto concebeu o projeto respeitando dois cursos d'água que passam no local e também a vegetação nativa presente. Além disso, a forma adotada no projeto foi pensada de maneira que respeitasse essas variáveis de projeto, fator extremamente positivo, pois permitiu um parque na cobertura da edificação,

que se converte em balcões para a apreciação da paisagem da cidade (Figura 17), otimizando ao máximo a área destinada aos espaços para o encontro cidadão, atendendo as demandas da comunidade.

ACESSIBILIDADE

Figura 18 - Acessos

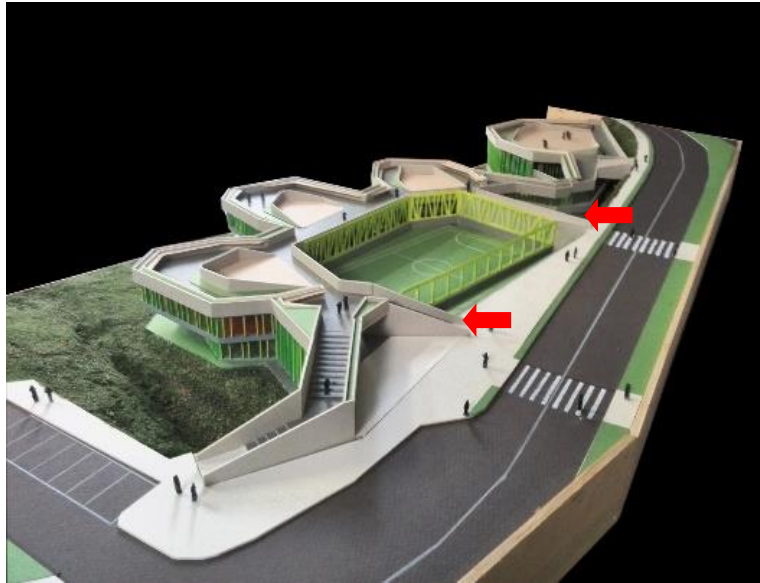
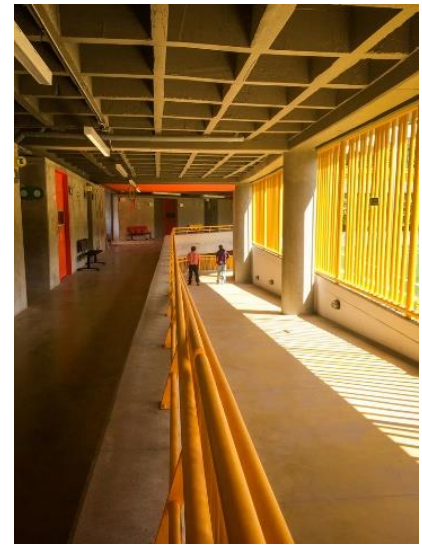


Figura 19 – Circulação

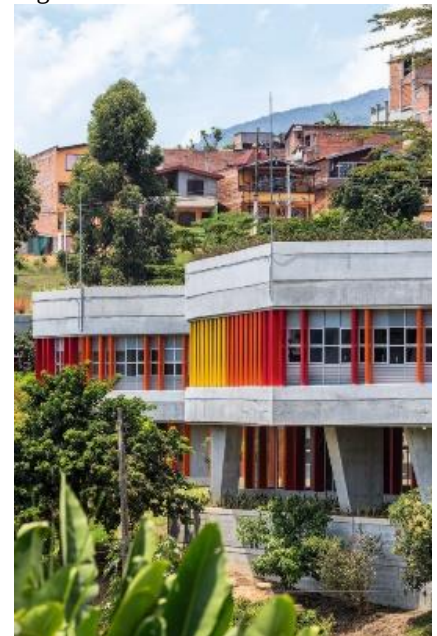


MATERIAIS/CONFORTO

Figura 20 - Materiais



Figura 21 - Fachada



Fonte: Archdaily (2016)

Com relação a acessibilidade, o projeto é 100% acessível, devido principalmente a topografia que permite esse acesso ao nível da calçada (Figura 18), os acessos internos, são assegurados por meio de rampas (Figura 19). O material mais utilizado é o concreto. A laje nervurada permite grandes vãos e melhor aproveitamento do espaço (Figura 20). A fachada apresenta uma série de elementos verticais coloridos (Figura 21), conferindo ao projeto além de conforto térmico, uma composição harmônica.

4.1.2. Sesc 24 de Maio – São Paulo

O projeto do arquiteto Paulo Mendes da Rocha, concluído em 2017, com uma área total de 27.865m², prevê o aproveitamento e adaptação de instalações existentes, e contribui de forma efetiva para a recuperação de uma área notável da cidade. A Figura 22 ilustra a ordem de ideias básicas utilizadas na concepção do projeto (ARCHDAILY, 2018).

Figura 22 - Esquemas das ideias do projeto



A “Praça do SESC”, com caráter de galeria de passagem livre, ligada à animação da vizinhança;



Transformar o antigo subsolo de garagem em Café e Teatro ligados à Rua 24 de Maio;



Criar um novo sistema de circulação vertical que além de atender as exigências de segurança previstas no Código de Obras seja, através do conjunto de rampas proposto, um circuito claro e contínuo;



Distinguir o recinto restaurante, de uso público livre, imediatamente acima do conjunto Praça e Administração do SESC;



Disponer alguns espaços em níveis estratégicos com o sentido de praças cobertas, sem vedação nas fachadas, jardins suspensos – Praça de Convivência, Jardim da Piscina;



Concentrar e isolar as instalações técnicas na Rua Dom José de Barros – abandonada há alguns anos – para a construção de um complexo auxiliar de serviços e máquinas, Torre de Serviços;



Construir uma “Praça do Sol” na cobertura, com piscina;

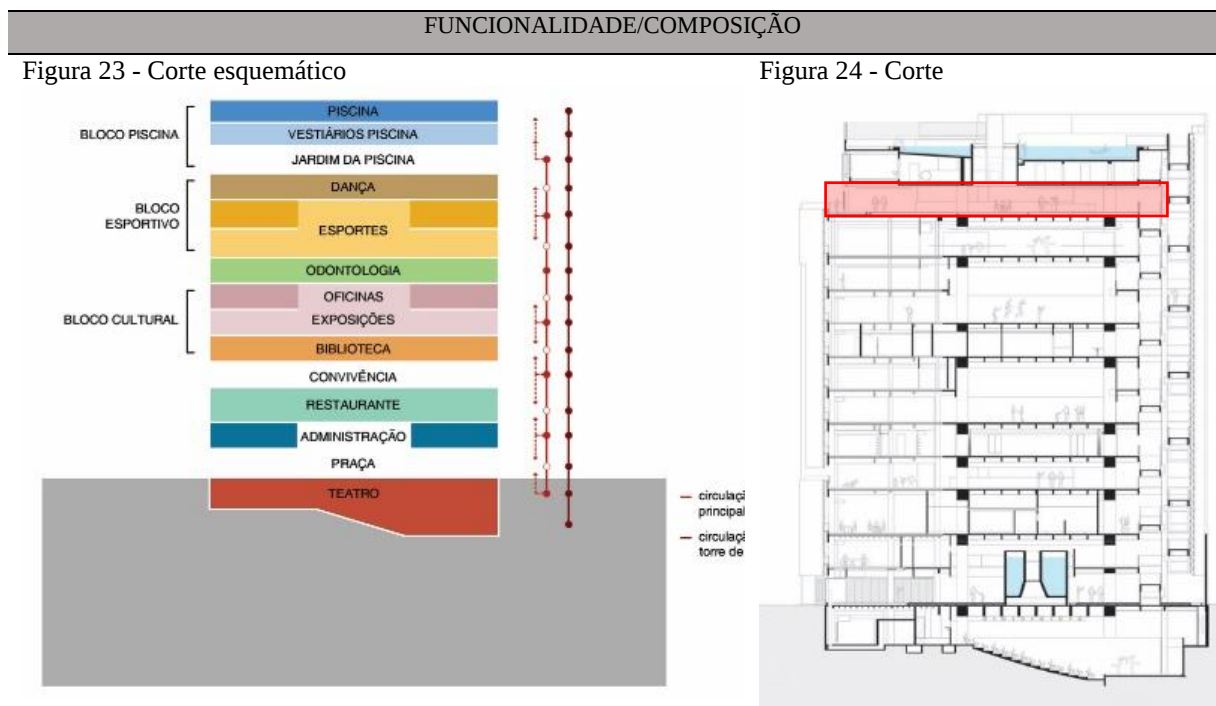


Deixar visível nas fachadas a sucessão de atividades superpostas.

Fonte: Adaptado pela autora, com base em ARCHDAILY (2018)

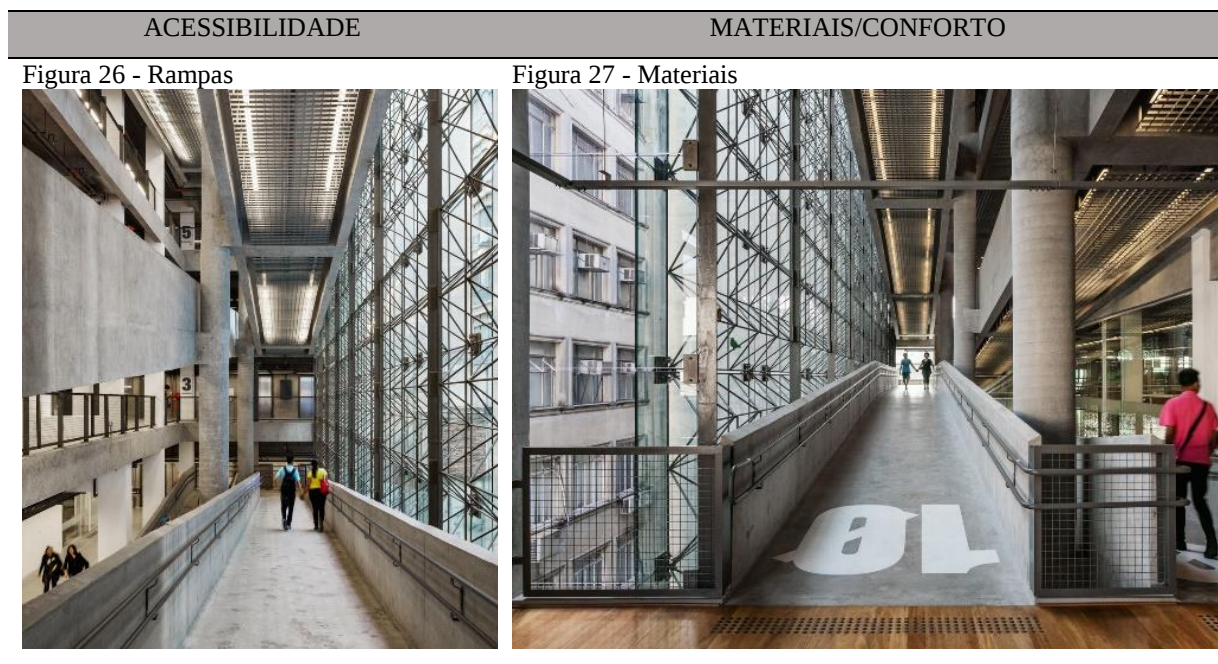
4.1.2.1 Aspectos positivos do estudo de caso

O espaço é funcional, amplo e agradável ao uso, conforme Figura 23 abriga diferentes atividades e em níveis estratégicos com o sentido de praças cobertas (Figura 24), sem vedação nas fachadas, jardins suspensos que propiciam ao usuário, um lugar de descanso e entretenimento em um ponto de grande fluxo e densidade de São Paulo (Figura 25).



Fonte: ARCHDAILY (2018)

O projeto é totalmente acessível, devido as rampas internas que permitem um circuito claro e convidativo de se percorrer (Figura 26). Isso, se deve aos materiais que o arquiteto utilizou, que fazem com que o ambiente se torne um espaço extremamente agradável, conforme Figura 27. A utilização do concreto, das estruturas metálicas, dos espelhos d'água, dos móveis planejados, da madeira, das cores e do vidro trazem conforto ao lugar. O predomínio do vidro na fachada deixa visível as funções que o edifício possui.



Fonte: ARCHDAILY (2018)

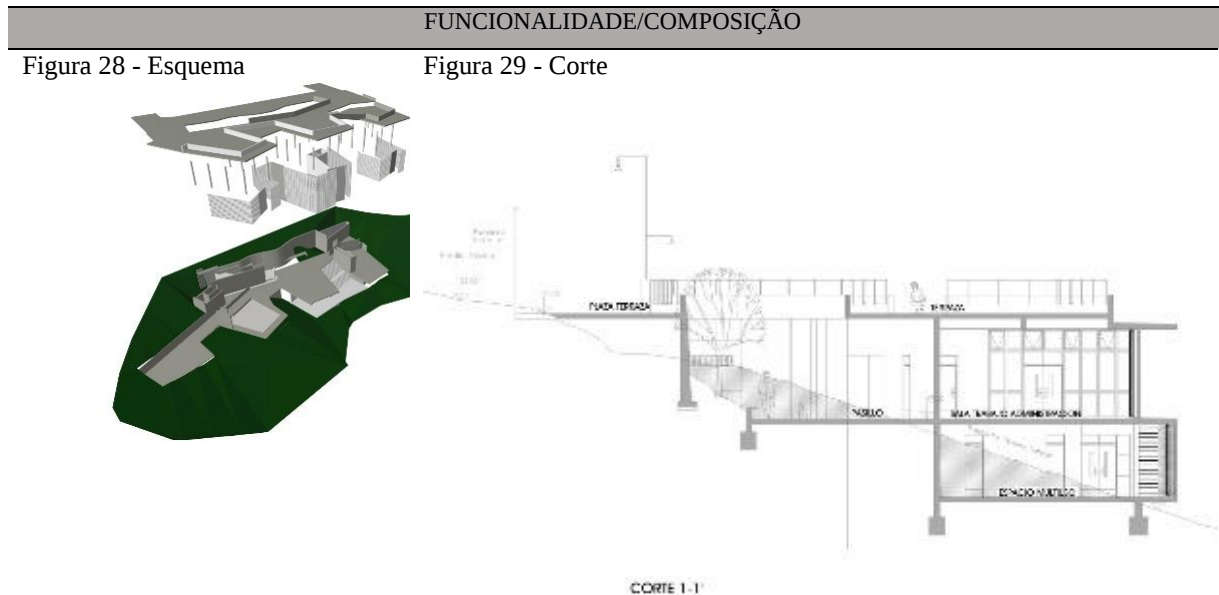
4.1.3. Centro Social Comunitário – Chile

Esse projeto de 2011, do escritório 3 *Arquitectos*, com área de 613m² é parte do programa '*Quiero Mi Barrio*' (Amo Meu Bairro) do Ministério de Habitação e Urbanismo Chileno, que tem como objetivo aumentar a qualidade de vida de 200 bairros, com grande vulnerabilidade e deterioração do Chile (ARCHDAILY, 2013).

4.1.3.1 Aspectos positivos e negativos do estudo de caso

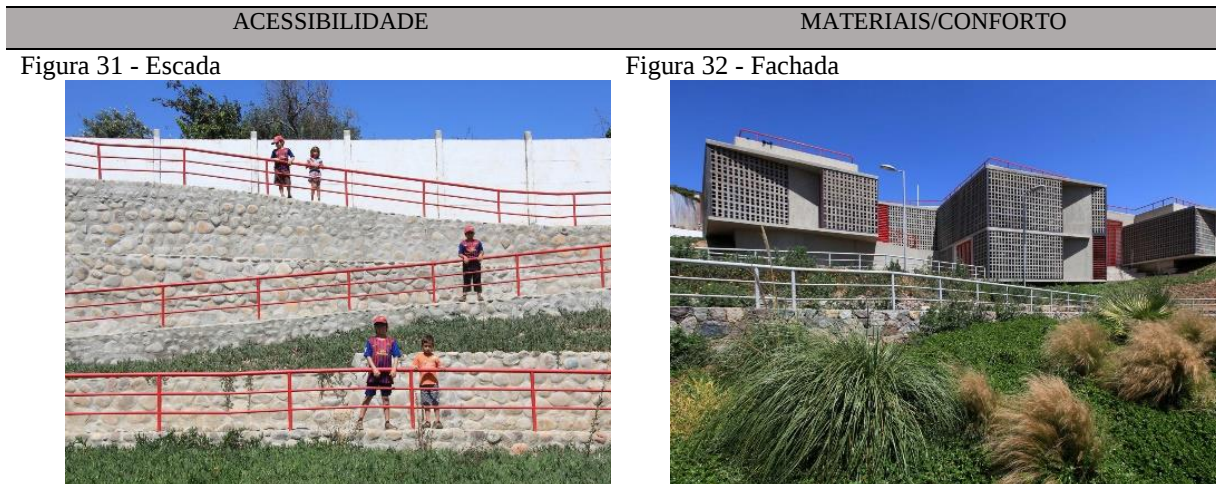
Observa-se que o ponto articulador de todo projeto é a praça na cobertura da edificação (Figura 28), fator que integra as relações entre os habitantes. Porém, as atividades ofertadas são mínimas, o que favorece o pouco uso e apropriação do espaço, principalmente das crianças. Isso porque, a proposta não possui, além do campo de futebol, nenhum meio de fomentar

atividades recreativas de maior atratividade, como por exemplo playgrounds. Na Figura 29, observa-se que, a topografia favorece a composição formal. O centro comunitário possui três níveis que são bem aproveitados no espaço (Figura 30).



Fonte: ARCHDAILY (2013)

Ainda, a proposta apresenta ampla acessibilidade, com grandes espaços de circulação (Figura 31). O concreto é o principal material utilizado, seguido de elementos vazados pré-fabricados em concreto (Figura 32). Fator esse que, oferece proteção e entrada de luz, permitindo uma ventilação adequada ao ambiente.



Fonte: ARCHDAILY (2013)

4.2. Forma, espaço e ordem

Este item apresenta uma análise com base nos aspectos referentes a forma, espaço e ordem do Francis Ching e os fatores que ajudam a compreender melhor os estudos de casos, conforme Quadro 4. Segundo Ching (2013), forma na arquitetura se refere a estrutura interna e externa que confere unidade ao todo de uma edificação. E espaço é o que dá sentido a uma construção. E por fim, a ordem, na qual organiza os padrões que dão coerência a forma e ao espaço.

Quadro 4 - Análise fatores: forma, espaço e ordem

FATORES SEGUNDO CHING	CONDICIONANTES	ESTUDOS DE CASOS			FIGURAS
		Unid. De Vida Articulada - CO	SESC 24 de Maio - BR	Centro Comunitário - CL	
FORMA	Adição				Ver figura 34
	Subtração				Ver figura 33 e 35
	Interseccionado				Ver figura 34
	Conectado				Ver figura 33 e 35
ORGANIZAÇÃO ESPACIAL	Centralizada				Ver figura 33 e 35
	Malha				Ver figura 36
CIRCULAÇÃO	Linear				Ver figura 37
	Espiral				Ver figura 38
	Rede				Ver figura 37
	Referencia				Ver figura 33 e 35
	Transformação				Ver figura 36

Fonte: Autora (2019).

O Quadro 5, a seguir, apresenta as imagens que melhor representam as análises feitas para cada estudo de caso.

Quadro 5 - Imagens estudos de casos

Figura 33 - Implantação UVA - CO



Figura 34 - Fachada SESC - SP

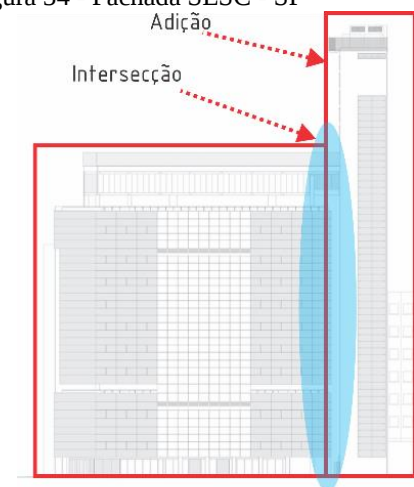


Figura 35 - Implantação Cent. Comun. - Chile

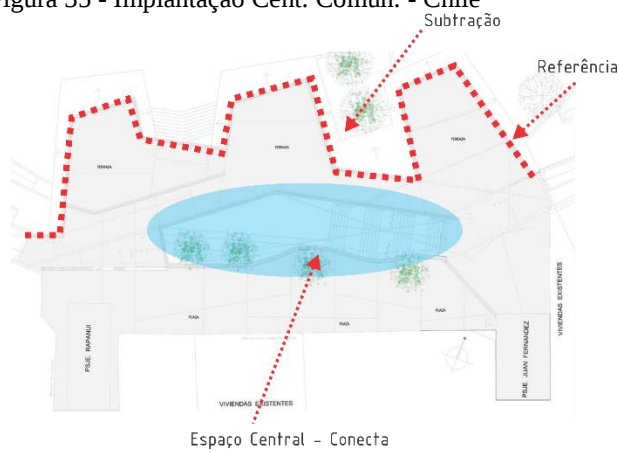


Figura 36 - Planta baixa térreo SESC - SP

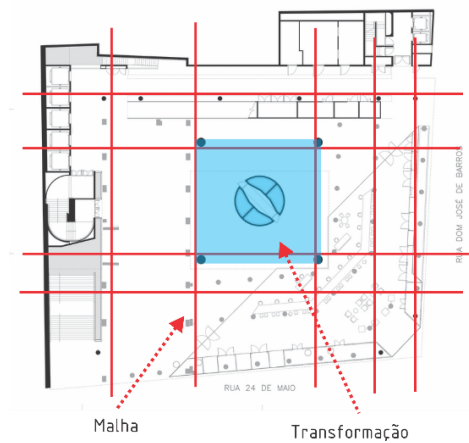


Figura 37 - Esquemas circulação UVA e Cent. Comunit.

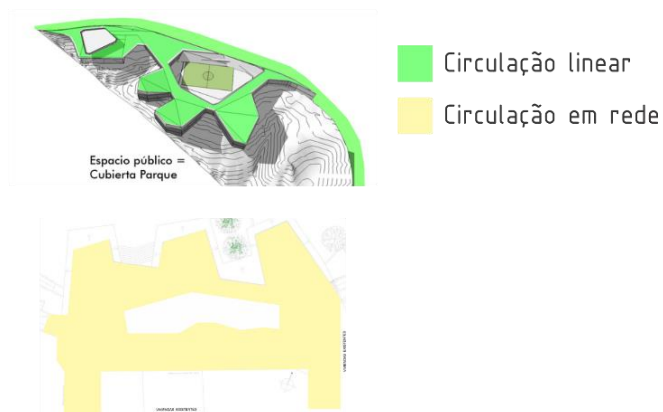
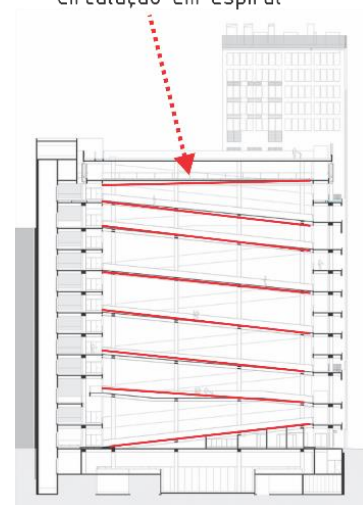


Figura 38 - Corte circulações - SESC
Circulação em espiral



Fonte: Adaptado pela autora de Archdaily (2013, 2016, 2018)

Com as análises feitas nos estudos de casos, é possível compreender que um bom projeto arquitetônico de um centro comunitário, deve levar em conta diversos fatores, mas principalmente as limitações que o entorno do projeto apresenta. Fator esse que, conseqüentemente, contribuirá com a forma, com o espaço e na organização das atividades ofertadas. Sem, no entanto, esquecer de atender as demandas dos usuários, para que possam ser realizadas atividades que contemplem as necessidades da comunidade.

4.3. Legislações municipais e orientações gerais da área de estudo

O município de Paulo Bento conta com um plano municipal de cultura (PMC) elaborado em 2018. O PMC é um documento formal que representa a política de gestão cultural do município. Nesse documento estão as ações culturais que se pretende desenvolver na cidade, por um período de dez anos. O plano tem por objetivo promover a igualdade de oportunidades e a valorização da diversidade das expressões e manifestações culturais. Vinculado à Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Turismo do município é um importante instrumento na institucionalização de políticas públicas de cultura no âmbito local, além de potencializar de forma significativa esta importante área. A Tabela 2, a seguir, apresenta as diretrizes urbanas do município para edificações, orientações essas indispensáveis para o estudo de ITFG.

Tabela 2 - Diretrizes urbanas do município

	Objetivos da Lei / Relação com o tema de interesse	Aplicabilidade da Lei na proposta
Lei Municipal Nº 682 de 10 de julho de 2007	- Máximo 10 pavimentos - 1º pavimento máximo 85% de ocupação da área construída - Demais pavimentos 75% de ocupação da área construída - Cobertura 50% de ocupação da área construída - Subsolo 100% de ocupação da área construída - 4m de recuo	Diretrizes urbanas do Município de Paulo Bento

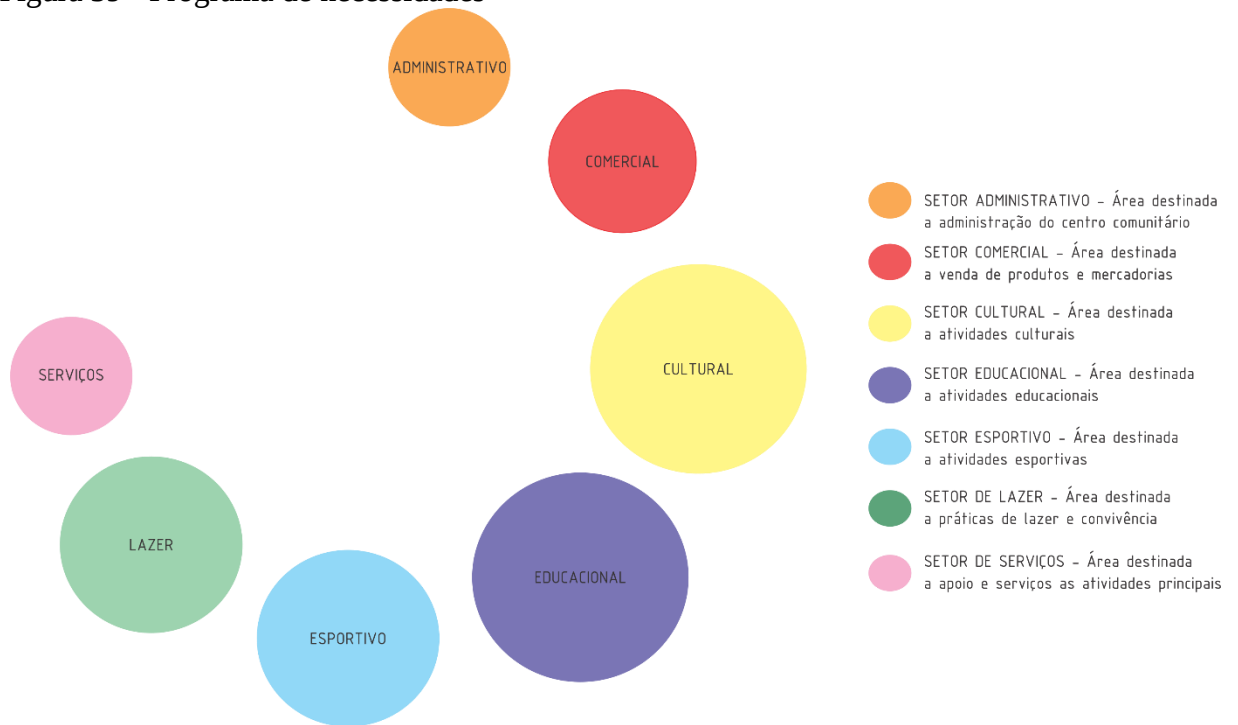
Fonte: Adaptado pela autora com base na Lei nº 682/2007

4.4. Aspectos relativos à definição do programa de necessidades

Para o desenvolvimento do programa de necessidades, levou-se em consideração as demandas da comunidade (conforme Apêndice A), principalmente voltadas a parte do entretenimento e da socialização. Assim, o programa de necessidades está dividido em sete

setores, com atividades que se correlacionam. Proporcionando aos usuários do espaço sensações agradáveis e que atendam a todas as idades. A Figura 39, mostra os setes setores e o grau de importância de cada um, levando em consideração as principais atividades que serão ofertadas e que serão de maior relevância para o anteprojeto, que é o caso do setor educacional e cultural.

Figura 39 - Programa de necessidades



Fonte: Autora (2019)

No Quadro 6 a seguir, é apresentado o programa de necessidades detalhado de cada setor, com a quantidade de espaços, descrição do ambiente, elementos que farão parte do lugar, capacidade estipulada e área estimada.

Quadro 6 - Programa de Necessidades

SETOR	ESPAÇO	QTD.	DESCRIÇÃO	ELEMENTOS	CAPACIDADE	ÁREA (m²)
ADMINISTRATIVO	Administração	1	Espaço para o setor adm. do centro comunitário	mesas, cadeiras, armários	5 pessoas	15
	Almoxarifado	1	Local de armazenagem de papéis	armários	Armazenagem	5
	Arquivo	1	Espaço para arquivamento de documentos	armários	Armazenagem	8
	Copa	1	Área de apoio aos funcionários	bancada, armário, pia, micro-ondas, geladeira	5 pessoas	7
	DML	1	Depósito para materiais de limpeza	tanque, máquina de lavar, armários e prateleiras	Armazenagem	6
	Sala de Reuniões	1	Espaço para reuniões adm. e uso externo	mesa, cadeiras, tv, aparador	10 pessoas	25
	Sanitários	2 cj	Instalações para público masculino e feminino adequadas à NBR 9050	louças sanitárias, lixeiras, barras de apoio	4 pessoas	12
	SUBTOTAL					78
COMERCIAL	Cafeteria	1	Área de comercialização e convivência	bancada, mesas, cadeiras, pia, geladeira, fogão, cafeteira, micro-ondas, forno, armários	25 pessoas	35
	Depósito	1	Armazenamento de produtos	prateleiras e armários	Armazenagem	6
	DML	1	Depósito para materiais de limpeza	tanque, máquina de lavar, armários e prateleiras	Armazenagem	2
	Feira do produtor	1	Espaço para a venda de produtos da agricultura familiar	expositores	25 pessoas	50
	Sanitários	4 cj	Instalações para público masculino e feminino adequadas à NBR 9050	louças sanitárias, lixeiras, barras de apoio	8 pessoas	16
	SUBTOTAL					109

CULTURAL	Copa	1	Área de apoio aos funcionários	bancada, armário, pia, micro-ondas, geladeira	5 pessoas	7
	Depósito	1	Armazenamento de equipamentos	prateleiras e armários	Armazenagem	6
	DML	1	Depósito para materiais de limpeza	tanque, máquina de lavar, armários e prateleiras	Armazenagem	6
	Foyer	1	Recepção e acolhimento dos usuários	bancos, poltronas	15 pessoas	20
	Sala de artes	1	Local para atividades artísticas	mesas e cadeiras, lousa	15 pessoas	30
	Sala de cinema	1	Espaço para reprodução de filmes e documentários	poltronas, projetor	40 pessoas	60
	Sala de dança	1	Área para atividades de dança	barras, espelhos	10 pessoas	25
	Sala de música	1	Espaço para aulas de música	banquetas, cadeiras, lousa	10 pessoas	25
	Sala de oficinas	1	Local para atividades artesanais	mesa e cadeiras	15 pessoas	30
	Sanitários	2 cj	Instalações para público masculino e feminino adequadas à NBR 9050	louças sanitárias, lixeiras, barras de apoio	4 pessoas	12
					SUBTOTAL	221
EDUCACIONAL	Arquivo	1	Espaço para arquivamento de documentos	armários	Armazenagem	8
	Biblioteca	1	Espaço para leitura e empréstimo de livros	prateleiras, bancadas, mesas e poltronas	20 pessoas	80
	Depósito	1	Armazenamento de equipamentos	prateleiras e armários	Armazenagem	6
	DML	1	Depósito para materiais de limpeza	tanque, máquina de lavar, armários e prateleiras	Armazenagem	6
	Sala de cursos profissionalizantes	1	Local para atividades profissionalizantes	mesas, cadeiras e lousa	15 pessoas	30
	Sala de ensino de línguas estrangeiras	1	Espaço para aprendizado de línguas estrangeiras	mesas, cadeiras e lousa	15 pessoas	30
	Sala de informática	1	Espaço destinado a inclusão digital	computadores, mesas, cadeiras e lousa	10 pessoas	25
	Sala de reforço escolar	1	Espaço destinado a aulas de reforço escolar	mesas, cadeiras e lousa	20 pessoas	40

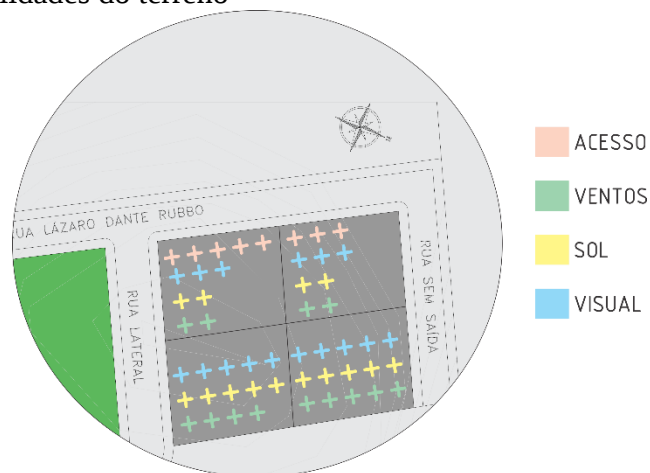
	Sanitários	2 cj	Instalações para público masculino e feminino adequadas à NBR 9050	louças sanitárias, lixeiras, barras de apoio	4 pessoas	12
					SUBTOTAL	237
ESPORTIVO	Depósito	1	Armazenamento de equipamentos esportivos	prateleiras e armários	Armazenagem	6
	DML	1	Depósito para materiais de limpeza	tanque, máquina de lavar, armários e prateleiras	Armazenagem	6
	Piscina semi-olímpica	1	Piscina para a prática de natação e hidroginástica	piscina de 25 m x 20 m	15 - 20 pessoas	500
	Recepção	1	Recepção e acolhimento dos usuários	bancos, poltronas	15 pessoas	20
	Sala de artes marciais	1	Área para a prática de judô, taekwondo e jiu-jitsu	tatame	10 pessoas	30
	Vestiários e Sanitários	5 cj	Instalações para público masculino e feminino adequadas à NBR 9050	louças sanitárias, lixeiras, barras de apoio	10 pessoas	20
					SUBTOTAL	582
LAZER	Horta urbana	1	Local para hortas e jardins	bancos, jardinagem	7 pessoas	10
	Playground	1	Área para brinquedos infantis	balanços, gangorras, escorregador, dentre outros	10 pessoas	30
	Praça de convivência externa	1	Espaço para convívio, encontros e lazer	bancos, mesas, espaço com quentinhas e tomadas	25 pessoas	80
					SUBTOTAL	110
SERVIÇOS	Apoio	1	Área para geradores, reservatórios, gás	-	Armazenagem	15
	Depósito lixo	1	Área para armazenamento e retirada de lixo	-	Armazenagem	10
	Estacionamento	1	Estacionamento para carros, ônibus, motocicletas e bicicletas	-	30 vagas	400
					SUBTOTAL	425
					TOTAL	1762

Fonte: Autora (2019)

4.5. Potencialidades do terreno

Conforme estudo in loco, pode-se observar algumas potencialidades que o terreno em estudo possui. Dividindo o mesmo em quatro quadrantes, de acordo com a posição geográfica, constatou-se quatro variáveis de análise, são elas: acesso, ventos, sol e visual. A Figura 40, a seguir, ilustra esse diagnóstico (quanto mais positivo a análise – máximo 5 - melhor a variável no quadrante estudado).

Figura 40 - Potencialidades do terreno



Fonte: Autora (2019)

4.6. Conceito

O centro comunitário tem como finalidade a convivência, a interação o conectar de todos os moradores com o espaço, criando um núcleo de vivência, um local de encontro na cidade, de modo que o usuário pode percorrer e se relaciona com os espaços em seus diversos pontos de encontro (Figura 41).

Figura 41 - Nuvem de palavras



Fonte: Autora (2019)

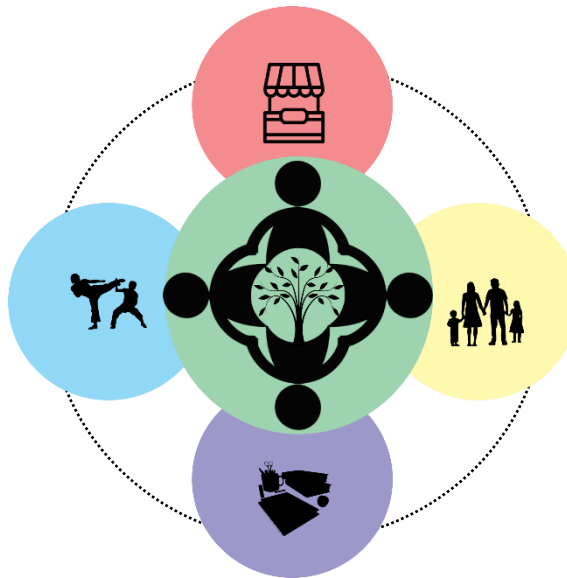
A Figura 41 representa uma nuvem de palavras que integra todas as intenções de projeto e da origem ao conceito da proposta “convivência”.

4.7. Partido

A proposta do projeto inicia com a intenção de ser um ponto de encontro, que conecta a comunidade por meio de um novo espaço, incentivando a relação com o lugar e fortalecendo o sentimento de pertencimento aos moradores, por intermédio de uma arquitetura de qualidade que promova movimentação e acolhimento, possibilitando a permanência do usuário, onde antes havia inatividade e insegurança.

Desta forma o partido arquitetônico surge como um núcleo central integrador de modo que os respectivos setores, conforme Figura 42 se correlacionam, tornando-se acolhedores e convidativos. Tendo a praça central como área principal de encontro.

Figura 42 - Setorização



Fonte: Autora (2019)

4.8. Estudo de mancha

Conforme Figura 43, a disposição dos blocos no terreno foi pensada de modo à melhor aproveitar à insolação para o conforto térmico adequado e as condicionantes físicas do terreno.

Figura 43 - Estudo de manchas

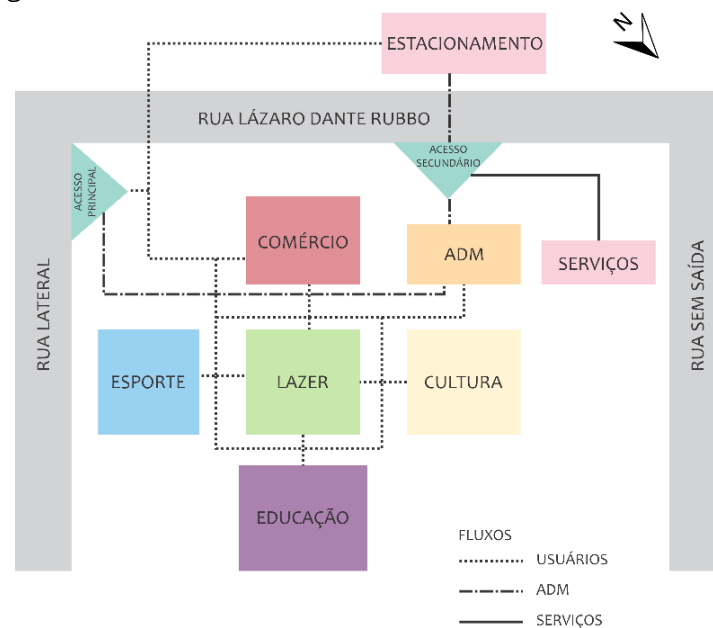


Fonte: Autora (2019)

4.9. Fluxograma e organograma

Conforme Figura 44, é possível observar que os setores foram dispostos de forma que o espaço central (praça) seja o núcleo integrador de toda proposta (do conceito convivência), sendo as demais categorias distribuídas de modo que haja o melhor aproveitamento das condicionantes do terreno, do entorno e climáticas.

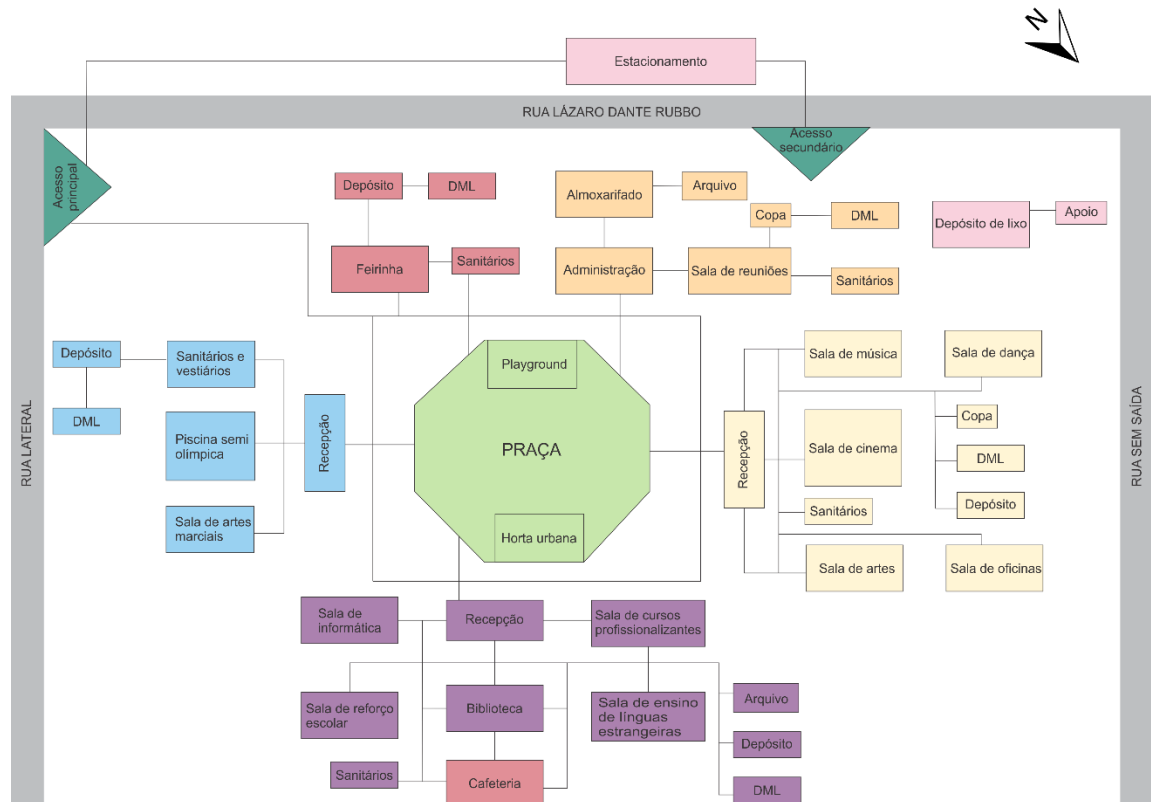
Figura 44 - Fluxograma centro comunitário



Fonte: Autora (2019).

A organização (Figura 45) se dará por meio de um núcleo integrador que é o espaço de lazer (praça) e quatro blocos. O primeiro bloco consiste no setor comercial (feirinha), e ficará localizado junto a parte administrativa e de serviços (área de apoio) do centro comunitário. O bloco cultural concentra a parte de atividades culturais e cinema. A parte do bloco educacional, dispõe de biblioteca e salas com atividades educativas, além da cafeteria e do mirante.

Figura 45 – Organograma centro comunitário



Fonte: Autora (2019)

4.10. Estudos da volumetria

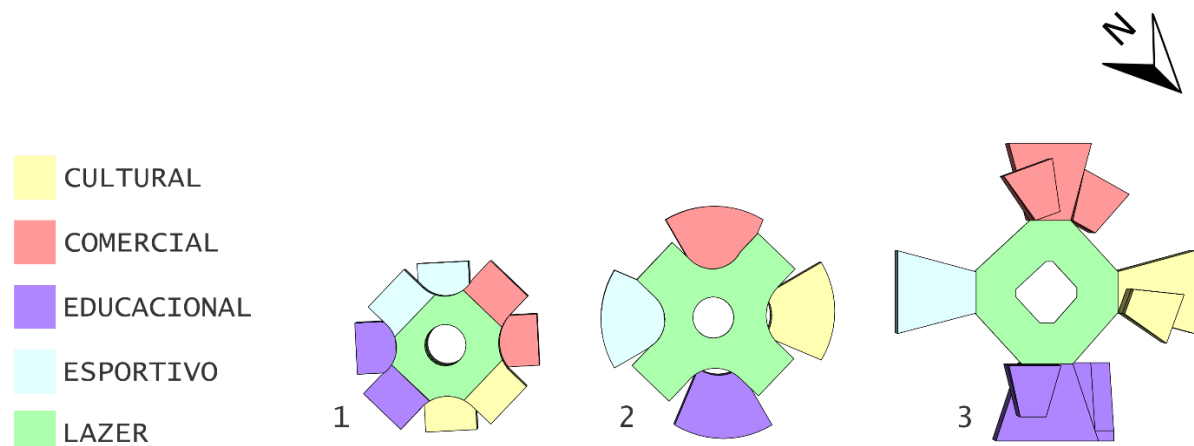
Neste tópico apresenta-se os primeiros estudos da forma e volumetria do centro comunitário, sendo que a proposta seguiu três premissas principais, que nortearão todo o projeto:

- ✓ Integração entre os blocos
- ✓ Praça central de convivência
- ✓ Cobertura / terraço / vista

4.10.1. Evolução da forma

Tendo em vista os setores já apresentados, a disposição dos mesmos se deu devido aos usos principais, que são o educacional, cultural e de lazer, levando em consideração a insolação e a melhor visual. A Figura 46, a seguir, ilustra os primeiros estudos e a evolução da forma. No esquema 1 a estruturação partiu de um centro integrador (lazer), agrupando os demais setores. No croqui 2 há o afastamento dos blocos e a criação de um eixo entre eles. Por fim, a forma final (3), em que há a disposição dos setores, de maneira que o lazer se torne o núcleo integrador da proposta, criando um eixo entre os blocos, valorizando a vista e a orientação solar.

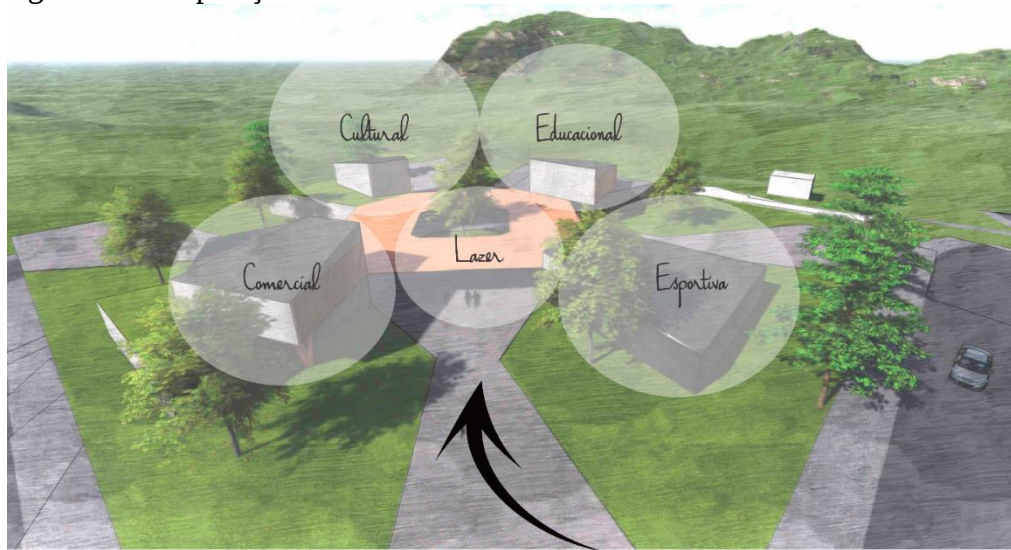
Figura 46 - Evolução da forma



Fonte: Autora (2019)

Conforme Figura 47 é possível observar que a disposição dos blocos foi pensada de maneira que todos eles recebam a melhor insolação e ventilação. Além de favorecer as visuais do entorno. A praça central é o grande centro integrador de toda a proposta (Figura 48), de modo que a cobertura será a ligação entre os blocos e seus setores, além de se tornar um espaço de encontro, circulação que fará com que o usuário sinta-se convidado em ali circular e permanecer.

Figura 47 - Disposição dos setores



Fonte: Autora (2019)

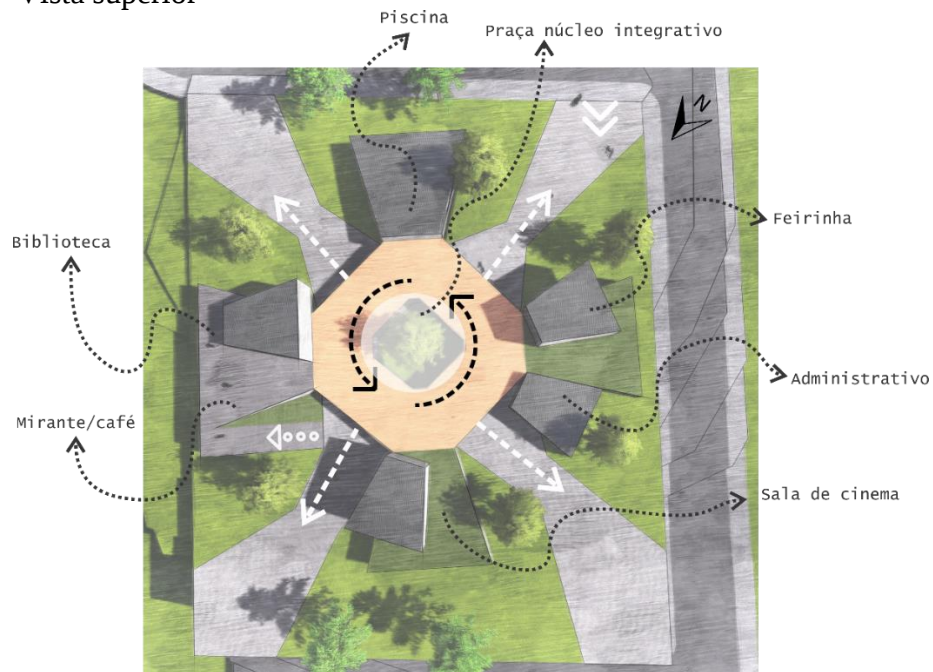
Figura 48 – Vista acesso principal



Fonte: Autora (2019)

A Figura 49 ilustra as atividades de maior destaque que serão ofertadas na proposta. O setor educacional que conta com a biblioteca e o espaço café, encontra-se disposto na fachada principal, para melhor aproveitamento da vista, criando assim uma rampa/escadaria externa que acessa a cobertura dessa edificação, onde encontra-se o espaço café, tornando-se um lugar de convivência e estar contemplativo. A parte cultural, ficou disposta na fachada lateral direita, comércio (feirinha), setor administrativo e serviços, se localiza na parte dos fundos do terreno, para melhor acesso da parte de serviços e o setor de esportes na fachada lateral esquerda.

Figura 49 - Vista superior

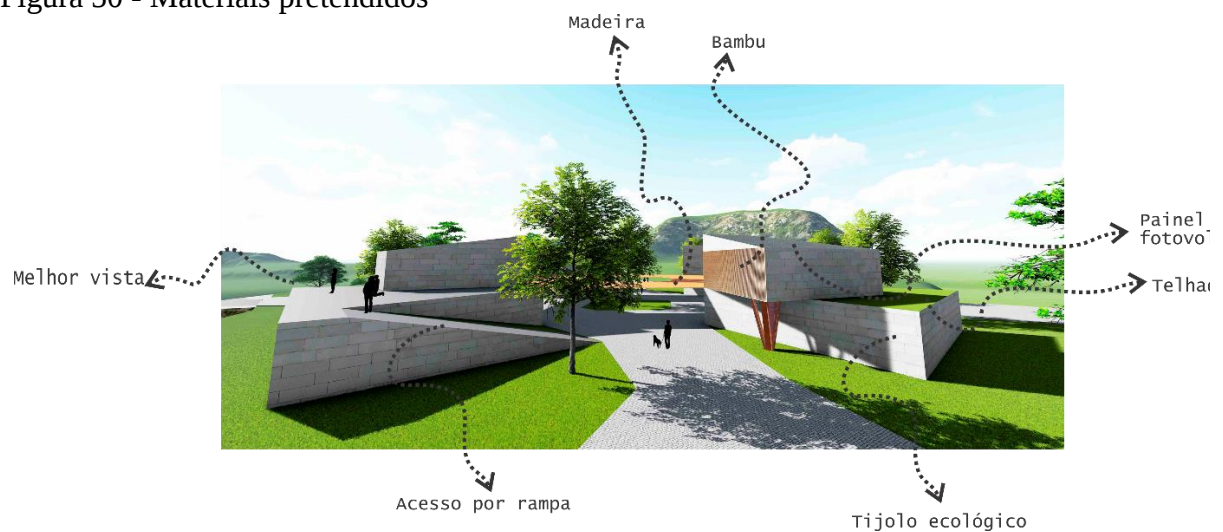


Fonte: Autora (2019)

4.11. Materiais e soluções projetuais pretendidas

Os principais materiais que serão utilizados seguirão uma linha projetual voltada para a sustentável, além da valorização de materiais existentes na região, como madeira ecológica, bambu, pedras, dentre outros, que serão descritos a seguir. O projeto, também, adotará soluções projetuais sustentáveis, como por exemplo captação da água da chuva e painéis fotovoltaicos, visto que a topografia favorece a utilização desses fatores.

Figura 50 - Materiais pretendidos



Fonte: Autora (2019)

4.11.1. Arquitetura Bioclimática

No estudo da arquitetura é fundamental a busca por mudanças na execução dos espaços habitáveis que integrem o ser humano ao meio ambiente, utilizando materiais e técnicas construtivas que reduzam a poluição e o impacto ambiental, além da diminuição do consumo energético. O Brasil possui fatores positivos que contribuem para uma arquitetura bioclimática eficiente, como por exemplo os recursos naturais e a iluminação natural. Na região sul, que tem como clima o temperado, as necessidades de iluminação, refrigeração no verão e aquecimento no inverno, podem ser supridas com a utilização de estratégias bioclimáticas, de forma que integrem as condicionantes naturais do local e as arquitetônicas da edificação (CORREA, 2002).

Sendo assim, é extremamente importante o papel do arquiteto na adoção de sistemas e estratégias que proporcionem maior conforto ambiental e maior economia, que aliados com materiais, técnicas e tecnologias construtivas, impulsionam o aumento da qualidade de vida da população, e favorecem a valorização da arquitetura, como fator decisivo na funcionalidade e conforto ambiental de uma edificação. A Figura 51 a seguir ilustra alguns dos materiais e soluções construtivas que serão utilizados no projeto.

Figura 51 - Materiais e soluções construtivas sustentáveis



Fonte: Autora (2019)

5. CONCLUSÕES

Os espaços públicos, aqui destacando-se os centros comunitários, são extremamente importantes para o desenvolvimento de atividades culturais, educacionais, esportivas e de lazer, que busquem a integração e convivência da localidade em que são inseridos.

Neste trabalho realizou-se pesquisa bibliográfica, análises de referências e do local em que será proposto um centro comunitário de convivência para o município de Paulo Bento. As análises feitas nos estudos de casos evidenciam a importância do entorno na elaboração de um projeto, influenciando diretamente na concepção da forma da edificação.

Além disso, a área de estudo escolhida, apresenta desafios em relação a topografia, porém, é recompensado com a vista que o mesmo proporciona. Além de estar inserido em uma área com outros equipamentos urbanos que se correlacionam com a proposta do projeto. Todos os estudos realizados em relação ao objeto de pesquisa e suas particularidades serviram de base para o anteprojeto do Centro Comunitário.

Portanto, este equipamento foi proposto com o intuito de suprir as carências educacionais, esportivas, culturais e de lazer da região em que se insere. E, também, para que aconteça a integração e convivência entre a comunidade, ocasionando em uma melhor qualidade de vida e uma identificação e sensação de pertencimento da população.

Por fim, os centros comunitários devem ampliar as relações humanas e a resposta da arquitetura deve ser oferecer meios para contribuir com espaços qualificados que estimulem o convívio entre as pessoas, desenvolvam atividades diversificadas e melhorem a qualidade de vida dos usuários.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR 9050**: acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro: ABNT, 2015.

ARCHDAILY. **UVA El Paraíso** / EDU - Empresa de Desarrollo Urbano de Medellín. ArchDaily Brasil, 2016. (Trad. Santiago Pedrotti, Gabriel). ISSN 0719-8906. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/788974/uva-el-paraiso-edu-empresa-de-desarrollo-urbano-de-medellin>. Acesso em: 27 maio 2019.

ARCHDAILY. **Sesc 24 de Maio** / Paulo Mendes da Rocha + MMBB Arquitetos. ArchDaily Brasil, 2018. ISSN 0719-8906. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/889788/sesc-24-de-maio-paulo-mendes-da-rocha-plus-mmdb-arquitetos>. Acesso em: 27 maio 2019.

ARCHDAILY. **Centro Social Comunitário** / 3 Arquitectos. ArchDaily Brasil, 2013. (Trad. Helm, Joanna). ISSN 0719-8906. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/121961/centro-social-comunitario-slash-3-arquitectos>. Acesso em: 27 maio 2019.

ARFELLI, A.C. Áreas verdes e de lazer: considerações para sua compreensão e definição na atividade urbanística de parcelamento do solo. **Revista de Direito Ambiental**, São Paulo, v. 9, n. 33, p. 33-51, jan/mar 2004. Disponível em: <http://www.revistajustitia.com.br/artigos/3d0b6b.pdf>. Acesso em: 28 abr. 2019.

BENEVOLO, L. **História da Cidade**. 3. ed. São Paulo: Perspectiva S.a., 1997.

BONFIM, C. D. J. et al. **Centro Comunitário**. Lisboa, 2000. Disponível em: http://www.seg-social.pt/documents/10152/51562/Centro_comunitario/a0a29948-aba9-446b-afc0-8561ad725e37. Acesso em: 28 abr. 2019.

BRASIL. **Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 13 abr. 2019.

BRASIL. **Lei 8742, de 7 de dezembro de 1993**. Lei Orgânica da Assistência Social. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8742.htm. Acesso em: 11 abr. 2019.

BRASIL. **Lei 10257, de 10 de julho de 2001**. Estatuto da Cidade e Legislação Correlata. 2. ed., atual. Brasília Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110257.htm. Acesso em: 11 abr. 2019.

BRASIL. **Lei 6766, de 19 de dezembro de 1979**. Lei que dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano e dá outras Providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6766.htm. Acesso em: 13 abr. 2019.

CARLOS, A. F. A. **O Espaço Urbano**: Novos Escritos sobre a Cidade. São Paulo: FLCH, 2007. Disponível em: http://www.gesp.fflch.usp.br/sites/gesp.fflch.usp.br/files/Espaco_urbanopdf. Acesso em: 28 abr. 2019.

CHING, F. D. K. **Arquitetura: forma, espaço e ordem**. Tradução: Alexandre Salvaterra. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2013.

COLPANI, E.; BADALOTTI, C. M. Itá e o espaço público: cidade viva e envolvente. **Revista Tecnológica**, ISSN 2358-9221, v. 4, n. 1, p. 130-142, 2016. Disponível em: <https://uceff.edu.br/revista/index.php/revista/article/view/113>. Acesso em: 19 abr. 2019.

CORREA, C. B. Arquitetura bioclimática: adequação do projeto de arquitetura ao meio ambiente natural. **Vitruvius**, abr. 2002. ISSN 2175-6716. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/drops/02.004/1590>. Acesso em: 14 jun. 2019.

COSTA, C. R. D. A importância da educação não formal nas políticas públicas. **Revista de Ciências da Educação**, set. 2011. ISSN 2317-6091. Disponível em: <https://www.revista.unisal.br/ojs/index.php/educacao/article/view/98>. Acesso em: 11 abr. 2019.

GEHL, J. **Cidades Para Pessoas**. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 2013.

GOMES, C. L. (Org.). **Dicionário Crítico do Lazer**. São Paulo: Autêntica, 2004. Disponível em: <http://www.observatorioqvt.uneb.br/wp-content/uploads/2015/12/livrodicion%C3%A1rio-cr%C3%ADtico-do-lazer-christianne-luce-gomes.pdf>. Acesso em: 11 abr. 2019.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**, 2010. Cidades e Estados. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/rs/paulo-bento.html?>. Acesso em: 28 abr. 2019.

JACOBUECCI, D. F. C. Contribuições dos Espaços Não-formais de Educação para a Formação da Cultura Científica. **Em Extensão**. Uberlândia, v.7, p. 55-66, 2008. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/revextensao/article/view/20390/10860>. Acesso em: 11 abr. 2019.

JACOBS, J. **Morte e vida de grandes cidades**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

JESUS, N. T. M. D. ROCHA, L. C. A cidade como espaço de lazer: o desenho dos espaços e equipamentos públicos no território litoral norte e agreste baiano. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE, 2013. 3 p. Brasília. **Anais [...]**. Brasília, 2013. Tema: Identidade da educação física e ciências do esporte em tempos de megaeventos. Disponível em: <http://congressos.cbce.org.br>. Acesso em: 11 abr. 2019.

MARCELLINO, N. C. As Cidades e o Acesso aos Espaços e Equipamentos de Lazer. **Impulso**, Piracicaba, v. 44, n. 17, p.55-66, 2006. Disponível em: <http://docente.ifrn.edu.br/andreacosta/planejamento-de-espacos-e-equipamentos-de-lazer/texto-3-as-cidades-e-os-equipamentos-de-lazer>. Acesso em: 11 abr. 2019.

MORAES, A. F. D.; GOUDARD, B.; OLIVEIRA, R. D. Reflexões sobre a cidade, seus equipamentos urbanos e a influência destes na qualidade de vida da população. **Revista Interthesis**. Florianópolis, v. 5, n. 2, 2008. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/interthesis/article/view>. Acesso em: 11 de abr. 2019.

NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL, ONU BR. **A Agenda 2030**. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>. Acesso em: 11 abr. 2019.

NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL, ONU BR. **17 Objetivos para transformar o mundo**. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/pos2015/> Acesso em: 11 abr. 2019.

NEVES, R. R. Centro Cultural: a Cultura à promoção da Arquitetura. **Revista Especialize On-line IPOG**, Goiânia, 5ª edição, n. 005, vol. 01/2013, jul.2013. ISSN 2179-5568. Disponível em: <https://www.ipog.edu.br/download-arquivo-site.sp?arquivo=centro-cultural-a-cultura-a-promocao-da-arquitetura-31715112.pdf>. Acesso em: 07 abr. 2019.

OLIVEIRA, C. G. **Educação não formal de crianças e adolescentes**: expectativas quanto ao programa de Núcleos Comunitários em Campinas, SP. 2008. 175 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em: <http://www.teses.usp.br>. Acesso em: 14 abr. 2019.

PAULO BENTO (Município). **Lei Municipal Nº 682 de 10 de julho de 2007**. Dispõe sobre as Diretrizes Urbanas do Município de Paulo Bento e dá outras providências. Disponível em: <http://www.paulobento.cespro.com.br/visualizarDiploma.php?cdMunicipio=7745&cdDiploma=200706824&NroLei=682&Word=&Word2=>. Acesso em: 28 abr. 2019.

PAULO BENTO (Município). **Plano Municipal de Cultura (PMC)**, documento formal que representa a política de gestão cultural de Paulo Bento. Disponível em: <http://paulobento.rs.gov.br/site/downloadarquivos/?a=a&categoria=18>. Acesso em: 23 abr. 2019.

PEREIRA, V. G. A feira-livre como importante mercado para a agricultura familiar em conceição do Mato Dentro (MG). **Revista Ciências Humanas - Educação e Desenvolvimento Humano - Unitau**, Taubaté/SP, v. 10, n. 20, p.1-12, dez. 2017. Disponível em: www.rchunitau.com.br. Acesso em: 11 abr. 2019.

PELLEGRIN, A. **Equipamento de lazer**. In: GOMES, C. L. (Org). Dicionário crítico do lazer. Belo Horizonte: Autêntica, 2004. p. 69-73. Disponível em: <http://www.observatorioqvt.uneb.br/wp-content/uploads/2015/12/livrodicion%C3%A1rio-cr%C3%ADtico-do-lazer-christianne-luce-gomes.pdf>. Acesso em: 11 abr. 2019.

PINTO, L. M. S. M. Políticas públicas de esporte e lazer: caminhos participativos. **Motrivivência**, 2008. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/motrivivencia/article/view/4986/20400>. Acesso em: 14 abr. 2019.

PINTO, S. L. D. A. A cultura e as diferentes concepções apreendidas nas determinações históricas. **Itinerarius Reflectionis**, v. 3, n. 1, p.1-17, 4 set. 2007. Universidade Federal de Goiás. Disponível em: [dx.doi.org/10.5216/rir.v1i3.208](https://doi.org/10.5216/rir.v1i3.208). Acesso em: 08 abr. 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO BENTO. **Histórico do município**. Disponível em: <http://www.paulobento.rs.gov.br/uploads/programascontroller/5/upload20150429114323.pdf>. Acesso em: 08 abr. 2019.

PROJETEEE. **Dados Climáticos Erechim/RS**. Disponível em: http://projeteee.mma.gov.br/dadosclimaticos/?cidade=RSErechim&id_cidade=bra_rs_erechm.869540_inmet. Acesso em: 23 abr. 2019.

PRONSATO, S. A. D. **Arquitetura e paisagem**: projeto participativo e criação coletiva. São Paulo: Annablume, 148 p. 2005. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/posfau/article/view/43524/47146>. Acesso em: 13 abr. 2019.

RAMOS, L. B. Centro Cultural: Território privilegiado da ação cultural e informacional na sociedade contemporânea. In: III ENECULT – Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, 2007, **Anais [...]**. UFBA, Salvador, 2007. Disponível em: <http://www.cult.ufba.br/enecult2007/lucieneborgesramos.pdf>. Acesso em: 13 abr. 2019.

RODRIGUES, O. S. Políticas Públicas Educacionais de Espaços Não Formais de Educação. **Revista Anápolis Digital**, v.3, p.11, 2012. Disponível em: <http://portaleducacao.anapolis.go.gov.br/revistaanapolisdigital/wpcontent/uploads/2013/03/Olira-Rodrigues.pdf>. Acesso em: 11 abr. 2019.

SANTOS, E. S. Avaliação de espaços destinados ao lazer esportivo: notas sobre uma proposta metodológica. **Arquivos em Movimento**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p.1-18, jan. 2009. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br>. Acesso em: 13 abr. 2019.

SANTOS, E. S. Reflexões sobre a utilização dos espaços públicos para o lazer esportivo. **RA'EGA**, Curitiba, v. 11, p. 25-36, 2006. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br>. Acesso em: 14 abr. 2019.

SANTOS, J. L. **O que é Cultura**. 14°. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994. Disponível em: <http://www.netmundi.org/home/wp-content/uploads/2017/04/Cole%C3%A7%C3%A3o-Primeiros-Passos-O-Que-%C3%A9-Cultura.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2019.

SILVA, R. R. **Centros comerciais e shopping centers: transformações no espaço urbano de Uberlândia (MG)**. 2012. 182 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Geografia e Gestão do Território, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia/MG, 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br>. Acesso em: 14 abr. 2019.

SYDOW, E. **Os Espaços e Equipamentos Públicos de Lazer da Cidade de Araguaína (TO) sob a ótica de seus moradores**. 2017. 135 f. Tese (Doutorado) - Curso de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer, Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional/UFMG, Belo Horizonte, 2017. Disponível em: http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/BUOSARKNBW/tese_vers_o_final_corrigida.pdf?sequence=1. Acesso em 28 abr. 2019.

SILVA, A. M. D. **Atratividade e Dinâmica de Apropriação de Espaços Públicos para o Lazer e Turismo**. 2009. 250 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/18676>. Acesso em 28 abr. 2019.

SILVA, G. P.; VERSIANI, I. V. L. Brasil: espaço público de lazer no ambiente urbano: ampliação das possibilidades de convivência, socialização e mudanças de cenários violentos. **Revista Latinoamericana de Desarrollo Humano**, n. 74, jun. 2011. Disponível em: <http://docplayer.com.br/7372313-Brasil-espaco-publico-de-lazer-no-ambiente-urbano-ampliacao-das-possibilidades-de-convivencia-socializacao-e-mudanca-de-cenarios-violentos.html>. Acesso em 28 abr. 2019.

SILVA, M.J.V.; LOPES, P.W.; XAVIER, S.H.V. Acesso a Lazer nas Cidades do Interior: um Olhar Sobre Projeto CINE SESI Cultural. In: VI Seminário da Associação Brasileira de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo, 2009. **Anais** [...] Universidade Anhembi Morumbi UAM/ São Paulo/SP. Disponível em: <https://www.anptur.org.br/anais/anais/files/6/68.pdf> Acesso em: 13 abr. 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. **Porto Alegre, Rio Grande do Sul**. Base cartográfica vetorial contínua do Rio Grande do Sul - Escala 1:50.000. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/labgeo/index.php/dados-espaciais/250-base-cartografica-vetorial-continua-do-rio-grande-do-sul-escala-1-50-000>. Acesso em: 28 abr. 2019.

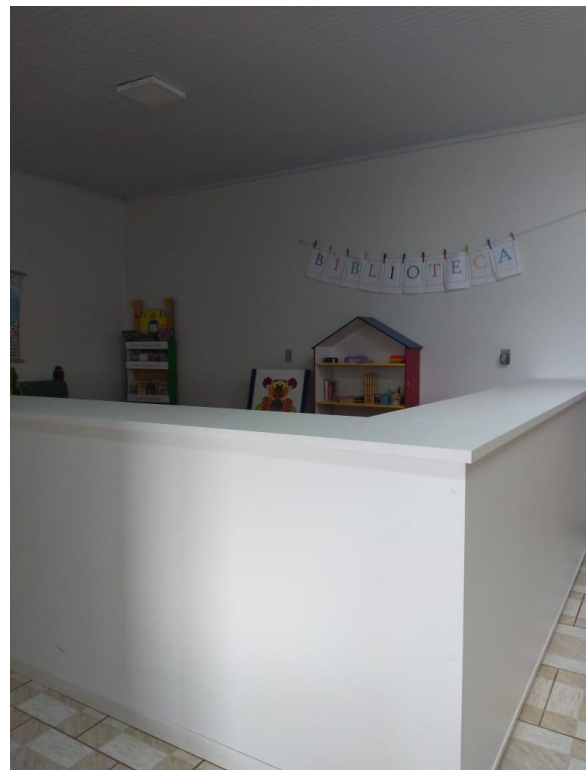
APÊNDICES

APÊNDICE A

Aos 19 dias do mês de março de 2019 realizou-se uma entrevista com o secretário de assistência social do município de Paulo Bento, Jucimar Daniel Zinkiewicz. Onde foi realizada uma visita guiada nas dependências do CRAS Casa das Famílias de Paulo Bento. Nesta visita pude constatar os defeitos e melhorias a serem realizados, através de conversas realizadas com funcionários e frequentadores do local. Assim como, análise dos espaços, que são ineficientes e nada funcionais, todos adaptados, visto que o projeto, faz parte dos programas nacionais, em que não é considerada a realidade local, nem as demandas e necessidades dos usuários. A Figura 52 mostra a sala de terapia em grupo e a ludoteca adaptadas, onde antes, era um espaço amplo e sem uso do lugar.

Neste mesmo dia, o secretário também apresentou as atividades que são realizadas atualmente e as pretendidas para o futuro, assim como a proposta de um centro de convivência voltado especialmente para os idosos.

Figura 52 - Espaços adaptados no CRAS



Fonte: Autora (2019).

Quais as atividades desenvolvidas no CRAS Casa das Famílias de Paulo Bento?

- I.** Programa de Atenção Integral a Família – PAIF: Abrange o grupo de beneficiários do Programa Bolsa família e Pessoas com deficiência - PCDs, com encontros semanais.
- II.** Oficinas de música: Desenvolvem-se oficinas de música, sendo no turno da manhã em torno de 07 crianças e a tarde mais 18 pessoas, entre crianças, adolescentes e adultos.
- III.** Atividades físicas: duas vezes por semana é disponibilizado atividades esportivas, dentre elas o futsal, para essas crianças/adolescente. Frequentam regularmente em torno de 10 pessoas.
- IV.** Culinária: este curso é disponibilizado para um grupo do interior em uma tarde e em outra para as mulheres da cidade. Atende-se em média 25 pessoas por semana.
- V.** Artesanato: toda semana é atendida uma comunidade do interior que vem até o CRAS. Há grupo de comunidade com mais de 15 participantes, outros menores. Também na cidade tem o mesmo número de mulheres que fazem atividades.
- VI.** Oficinas de informática: consiste no ensino de conhecimentos básicos de informática. Em torno de 45 pessoas frequentam semanalmente as atividades.

Dentro das atividades que o CRAS Casa das Famílias de Paulo Bento dispõe, o que o secretário de assistência social do município de Paulo Bento, Jucimar Daniel Zinkiewicz, melhoraria?

Melhorias a serem feitas no CRAS: os espaços são pequenos, possui poucas salas para atendimento e para realizar atividades. Teria que ter um vestiário para os funcionários, o refeitório maior e a cozinha com passa pratos.

Teria alguma outra atividade que gostaria que tivesse?

Outras atividades / espaços a serem propostos, são: uma sala para reuniões da terceira idade e sala para a secretaria de assistência social do município.